



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025PMF

1. PREÂMBULO

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA**, sediada na Rua José Sarney, S/N – Centro, Fátima – Bahia, por meio do Departamento de Licitações e Contratos do Município, realizará **Pregão na forma Eletrônico**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei Nº 14.133/2021, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam as definições do Decreto Municipal Nº 098/2023 de 28 de dezembro de 2023, demais legislação aplicável.

1.1. O pregão será realizado pela Pregoeira Oficial a Sra. **AMANDA BORGES DE SOUZA**, matrícula Nº 4.560, designado pelo Decreto Municipal Nº 047, de 18 de março de 2025 e Equipe de Apoio constituída pelos servidores: **JOSÉ EDRISON GASPARD DE ANDRADE**, matrícula Nº 2153 e **ROMEUI OLIVEIRA DE JESUS**, matrícula Nº 4.539.

1.1.2. A sessão de pregão será realizada conforme informações abaixo:

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Data: **05 de novembro de 2025**

Horário da Sessão: **10h00min (Horário de Brasília)**

Local: <https://licitanet.com.br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor Preço por lote**

MODO DE DISPUTA: **Aberto**

1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.3. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras da Prefeitura Municipal de Fátima – Bahia, através da plataforma eletrônica <https://licitanet.com.br/>.

2. OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

2.1. O objeto da presente licitação é **Contratação de empresa especializada para a disponibilização de mão de obra qualificada destinada a serviços de apoio às atividades de obras e manutenção, bem como para o suporte técnico, administrativo e operacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.**

2.2. A licitação será dividida em grupos, formados **por itens**, conforme planilhas constantes do Termo de Referência – Anexo II deste edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos e itens forem do seu interesse.

2.3. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos está indicado no **Termo de Referência, Anexo II** do Edital.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. PODERÁ PARTICIPAR desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.1.1. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção “DA HABILITAÇÃO”.

3.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021 (Art. 9º - § 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria).

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação.

3.3.6. Que se enquadrem nas seguintes vedações (Art. 14 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021):

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.3.8. Sociedades cooperativas.

3.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ NO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

3.4.1. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Nº 14.133/2021, nos limites previstos da Lei Complementar Nº 123/2006 e do Decreto Federal Nº 8.538/2015.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

3.4.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente gozam de prioridade de contratação, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, benefício que se estabelece em face das peculiaridades locais e regionais, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

3.4.1.1.1. Entende-se por empresas sediadas localmente aquelas que estejam localizadas em Fátima/BA, e empresas regionais aquelas situadas na microrregião de Ribeira do Pombal.

3.4.2. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

3.4.3. Que nos valores propostos estão **inclusos** todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no **fornecimento** dos bens ou serviços.

3.4.4. Que a proposta econômica **compreende a integralidade** dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas **assegurados na Constituição Federal**, nas leis trabalhistas, nas **normas infralegais**, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de **ajustamento de conduta** vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.5. Que **cumpre** os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, **inciso I**, da Lei 14.133/2021.

3.4.6. Que **inexistem fatos impeditivos** para sua habilitação no certame, ciente da **obrigatoriedade de declarar** ocorrências posteriores;

3.4.7. Que **não emprega menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega menor de 16 anos**, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.8. Que **não possui**, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

3.4.9. Que **cumpre** as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para **reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras **normas específicas**, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.6. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

3.7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO:

3.7.1. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

3.7.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.7.3. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.7.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

3.7.5. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.7.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

3.7.7. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.7.8. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.7.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

3.8. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

3.8.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.8.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.8.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

3.8.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.8.5. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

3.8.6. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar Nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

4.1.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

4.1.2. Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

4.1.3. Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, PDF'S originais dos órgãos emissores em formato "PDF". Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade (Art. 64, da Lei 14.133/2021).

4.1.4. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 10 da LC no 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação (Pregoeiro) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. Para aceitabilidade da proposta, o (a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, após o término da etapa de lances, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo II, deste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

a) PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

b) PREÇO UNITÁRIO E TOTAL PARA O OBJETO LICITADO, fixo e irrevogável, limitado a 02 (duas) casas decimais, numérico e por extenso, expresso em moeda nacional;

c) DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do fornecimento. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

d) RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

5.2. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

5.3. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo todas as informações necessárias à perfeita compreensão dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

5.5. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo "Informações Adicionais" ou anexá-las no campo apropriado do sistema LICITANET, sob pena de desclassificação e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de fornecimento, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

5.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

5.7. O (A) Licitante vencedor(a) do certame poderá apresentar com a sua proposta de preços a PLANILHA DE CUSTO, contendo composição clara do preço, todos os insumos, encargos em geral e lucro em relação ao preço final.

5.8. Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo www.licitanet.com.br, não poderá conter nenhum tipo de informação (logomarca, CNPJ, nome do(a) representante, telefone, endereço) que identifique a interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório, observando-se que tal exigência refere-se apenas as informações inseridas nos **campos do sistema** (proposta inicial alimentada



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

no sistema); os arquivos em “PDF” poderão seguir a formatação padrão do licitante incluindo dados da proponente (cabecalho e demais dados pessoais), vez que os mesmos só ficarão disponíveis após fase de lances.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre O Agente de Contratação (Pregoeiro) e os licitantes. O Chat de mensagem, a critério do Agente de Contratação poderá ficar inativo ou ativo conforme o caso e necessidade.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. A disputa ocorrerá pelo valor **UNITÁRIO DO ITEM**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo igual ou superior aos valores definidos e especificados na tabela de itens do Termo de Referência deste Edital.

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item “6.14”, observando-se o seguinte:

6.15.1. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.2. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.15.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.15.2.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.15.2.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.15.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

6.15.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.3. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.15.3.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.15.3., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.15.3.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.3.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.3.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.3.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.3.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

6.15.10. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. Identificadas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123, de 2006](#), conforme regulamento específico.

6.15.11. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.15.12. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.15.13. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.15.14. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.15.15. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.15.16. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

(a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

(b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

(c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

(d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.17. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

(a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

(b) Empresas brasileiras;



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

(c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

(d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.15.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.15.18.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.15.19. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.20. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15.21. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.15.22. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.15.22.1. Esse prazo de **2 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final na aludida plataforma**.

6.15.22.2. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET – www.licitanet.com.br** após às **17 horas**, esse prazo só será contabilizado a partir das **08 horas do dia útil seguinte**, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

6.15.22.3. A ausência de documento e/ou qualquer descumprimento acarretará a imediata desclassificação da proposta da empresa de menor preço no respectivo item, e convocação da empresa remanescente;

6.15.22.4. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

6.15.23. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.15.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

participação no certame ou a futuro contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. Relação de apenados TCM/BA, através do link (<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1. deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a (s) amostra (s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita (s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.17. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.17.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput**, será considerada pelo pregoeiro, para que comprove:

7.17.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.17.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.1.3. Enviar também a proposta final em arquivo editável (**necessariamente nas extensões DOC, DOCX, XLS OU XLSX**), sob pena de desclassificação.

8.1.4. No mesmo prazo do item 6.15.22., o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no SISTEMA, sob pena de desclassificação. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

8.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.1.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e por extenso.

8.1.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total do item, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.1.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.1.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.1.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8.1.12. Esse prazo de **02 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final** na aludida plataforma.

8.1.13. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do LICITANET – www.licitanet.com.br após às 17 horas, esse prazo só será contabilizado a partir das 08 horas do dia útil seguinte, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

8.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos,



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no parágrafo 2º do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

9.1.1. Para dar efetivo cumprimento as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da RESOLUÇÃO TCM/BA nº 1.383/2019 que alterou a Resolução nº 1060/2005, estabelecendo as normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras e Mesas de Câmaras, passando a exigir no § 2º que **os documentos deverão ser apresentados em formato PDF pesquisável convertido a partir de seus arquivos originais** (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc.), **não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de contas, fica ADVERTIDA** que a empresa licitante que encaminhar documentos sem atender a essas exigências técnicas expressas no art. 9º, item 45, §2º da Resolução TCM nº 1060/2005 (alterada pela Resolução TCM/BA nº 1383/2009), **será declarada inabilitada para continuar no processo licitatório, pois prejudicará a gestão municipal no atendimento das regras de envio da prestação de contas junto ao TCM/BA.**

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em **ORIGINAL** por **CÓPIA AUTENTICADA DIGITALMENTE**.

9.2.1. Todos os documentos assinados eletronicamente por certificados digitais passarão por uma verificação e a validação das assinaturas digitais a partir da cadeia de confiança da ICP-Brasil e do Validador de Documentos Digitais, pois um documento eletrônico com assinatura digital tem presunção de legalidade e garantias de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade, temporalidade e não repúdio, de acordo com a regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na **Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001**, que instituiu a ICP-Brasil. Não sendo possível a sua verificação poderá ser a empresa desclassificada e penalizada por apresentar documentos sem legalidade e garantia de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade e temporalidade.

9.2.2. Porém, se a autenticação foi feita por outro sistema, será necessário fazer o upload do arquivo que recebeu a assinatura, que deverá ser entregue em mídia na sessão para análise e devolvida. Logo, este método verifica qualquer assinatura digital que esteja de acordo com as normas da ICP-Brasil. Desta forma é possível, também, verificar um lote de assinaturas de uma vez e extrair um relatório, se desejar.

9.2.3. A verificação de uma assinatura digital é realizada por algum software capaz de realizar esta operação. Comumente, os softwares de assinatura digital já contemplam a funcionalidade de verificação de assinatura. A integridade é determinada pela comparação do resumo criptográfico (hash) do documento original com o resumo criptográfico cifrado pelo signatário. A obtenção do resumo criptográfico é possível através da decifragem da assinatura, utilizando a chave pública do certificado do assinante.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Nº 14.133/2021](#)).



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#)).

9.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES Nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.7. Os documentos relativos à habilitação que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.8. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à habilitação, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º](#)):

9.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela condução do processo poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.14. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os documentos exigidos constantes do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA** deste e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC Nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no <https://www.licitanet.com.br>, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3. Terá o adjudicatário o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida através do endereço eletrônico constante do preâmbulo, no prazo de 01 (um) dia, a contar da data do envio do e-mail.

12.5. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, rerepresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.

12.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.3.1.**, **13.3.2.**, e **13.3.3.**, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4., 13.1.5., 13.1.6., 13.1.7. e 13.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas itens **13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME Nº 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: (sistema eletrônico) www.licitanet.com.br;

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o Termo de Referência deste Edital.

15.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.Fátima.ba.gov.br/site/diariooficial> (link: Diário Oficial).

15.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial pela Lei Nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

15.12. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Cidade de Fátima/BA, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 15.13.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar
- 15.13.2. ANEXO II – Termo de Referência
- 15.13.3. ANEXO III – Carta de Apresentação de Proposta
- 15.13.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial de Preços
- 15.13.5. ANEXO V - Modelo de Credencial
- 15.13.6. ANEXO VI – Modelo de Declarações
- 15.13.7. ANEXO VII - Minuta do Contrato
- 15.13.8. ANEXO VIII – Minuta da Ata de Registro de Preço

Fátima/BA, em 17 de outubro de 2025.

Fabio José Reis de Araújo
Prefeito Municipal

Rafael Silva dos Santos
Secretário Municipal de Administração

Maria Jussara do Nascimento
Secretária Municipal de Assistência Social

José Vicente Culino Santos
Secretário Municipal de Educação

Mônica Santos Reis
Secretária Municipal de Saúde

José Elifagno Sousa dos Anjos
Chefe Departamento de Obras



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025PMF
ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Este documento apresenta Estudo Técnico Preliminar, onde será avaliado a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, quando for considerada viável.

Identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2 - IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE:

Unidade Administrativa	Responsável
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Rafael Silva dos Santos
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Maria Jussara do Nascimento
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	José Vicente Culino Santos
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Mônica Santos Reis
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	José Elifagno Sousa

3 - SUGESTÃO DE OBJETO PARA CONTRATAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA DESTINADA A SERVIÇOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE OBRAS E MANUTENÇÃO, BEM COMO PARA O SUPORTE TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL, COMPREENDENDO PROFISSIONAIS EM DIFERENTES ÁREAS DE ATUAÇÃO.

4 - DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, I)

A presente contratação tem por finalidade suprir a necessidade de prestação contínua de serviços de apoio técnico-operacional e administrativo, indispensáveis ao pleno funcionamento da estrutura organizacional das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Infraestrutura do Município de Fátima/BA.

A ampliação das atividades da Administração Pública Municipal nos últimos anos, aliada ao aumento das demandas por serviços públicos de qualidade, gerou uma sobrecarga de tarefas administrativas, operacionais e técnicas que exigem pessoal qualificado e apoio especializado. As rotinas de cada secretaria envolvem um conjunto de atividades interdependentes — gestão documental, alimentação de sistemas, manutenção predial, pequenos reparos, apoio logístico e operacional — cuja execução exige agilidade, conhecimento



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

técnico e disponibilidade contínua, fatores que justificam a contratação de empresa especializada.

A Secretaria de Administração demanda suporte nas rotinas de controle interno, gestão de documentos, tramitação de processos e atendimento institucional. A Secretaria de Educação necessita de apoio administrativo nas unidades escolares e de profissionais que auxiliem na alimentação e organização dos espaços de ensino, garantindo o ambiente adequado para o desenvolvimento pedagógico. A Secretaria de Saúde requer profissionais de apoio para assegurar o bom funcionamento das unidades básicas, centro de especialidades e demais setores de assistência direta à população. Já a Secretaria de Assistência Social depende de equipes de apoio para a execução das atividades dos programas e serviços socioassistenciais, enquanto a Secretaria de Infraestrutura necessita de profissionais técnicos e operacionais que assegurem a conservação e manutenção de prédios e equipamentos públicos municipais.

A execução indireta por empresa contratada mostra-se como a solução mais vantajosa à Administração, por permitir a alocação flexível de profissionais, conforme a demanda de cada unidade, garantindo a continuidade dos serviços essenciais e o cumprimento das metas institucionais sem a necessidade de expansão do quadro efetivo. Além disso, a contratação indireta assegura a observância da legislação trabalhista e previdenciária, transfere à contratada a responsabilidade pelo gerenciamento da mão de obra e confere maior eficiência ao uso dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

A presente necessidade encontra fundamento no artigo 18, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, que determina a obrigatoriedade de demonstrar o problema a ser resolvido e a necessidade administrativa a ser atendida, bem como nos artigos 5º e 11 do mesmo diploma legal, que consagram os princípios do planejamento, da eficiência e da continuidade do serviço público. O objeto proposto também está em consonância com o Decreto Municipal nº 098/2023, que regulamenta a aplicação da nova Lei de Licitações no âmbito do Município de Fátima/BA, e com o Decreto Municipal nº 101/2024, que institui o Plano de Contratações Anual (PCA), instrumento que consolida e prioriza as demandas das secretarias municipais, promovendo a integração e o alinhamento entre planejamento, orçamento e execução contratual.

Dessa forma, a contratação ora proposta representa medida necessária e vantajosa para a Administração Pública Municipal, garantindo suporte técnico e operacional às atividades das secretarias envolvidas, a continuidade dos serviços essenciais e a preservação da eficiência administrativa, pilares fundamentais para a boa governança e para o atendimento ao interesse público.

5 - DO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO:

(Ref.: Lei Federal nº 14.133, art. 18, § 1º, II.)

Embora o objeto não esteja expressamente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2025, sua inclusão e execução justificam-se em razão da necessidade superveniente e essencial à continuidade



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

das atividades administrativas e operacionais das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Infraestrutura.

A ausência de previsão no PCA não configura falha de planejamento, mas sim reflexo da dinamicidade das demandas públicas, especialmente em serviços de natureza contínua e de apoio técnico-operacional, que surgem ao longo do exercício em decorrência de fatores não previsíveis no momento da elaboração do plano. O artigo 18, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que o planejamento das contratações deve identificar as "soluções possíveis para o atendimento da necessidade", sendo admissível a adequação e atualização dos instrumentos de planejamento sempre que houver alterações supervenientes no cenário administrativo, técnico ou operacional.

No caso em apreço, a necessidade de contratação surgiu da constatação, durante a execução orçamentária de 2025, de que a atual estrutura de pessoal e suporte técnico das secretarias é insuficiente para atender à totalidade das atividades essenciais. A demanda ganhou caráter de urgência administrativa e estratégica, uma vez que a ausência de apoio técnico e operacional compromete diretamente a eficiência e a continuidade dos serviços públicos em múltiplas áreas. Assim, a contratação proposta visa assegurar a regularidade das ações de manutenção, apoio administrativo e execução de atividades-meio indispensáveis ao bom funcionamento da máquina pública.

O Decreto Municipal nº 101/2024, que regulamenta o Plano de Contratações Anual no âmbito do Município de Fátima/BA, prevê expressamente a possibilidade de atualização e revisão do PCA sempre que identificadas novas demandas que se tornem necessárias ao atendimento do interesse público, mediante justificativa técnica e aprovação da autoridade competente. Portanto, a presente inclusão posterior está amparada pelo próprio regulamento municipal e atende aos princípios da legalidade, eficiência, planejamento e continuidade do serviço público, previstos nos artigos 5º, 10 e 11 da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, a execução indireta por empresa especializada apresenta-se como solução tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, permitindo à Administração responder de forma célere a uma demanda real e emergente, sem comprometer o equilíbrio orçamentário nem infringir os limites fiscais. Ressalta-se que a contratação será devidamente registrada e vinculada às ações orçamentárias das secretarias demandantes, integrando-se ao ciclo de planejamento subsequente e sendo incorporada ao PCA do exercício de 2026, de modo a manter a rastreabilidade e a transparência da despesa pública.

Portanto, ainda que não conste originalmente no Plano de Contratações Anual de 2025, o objeto demonstra-se plenamente alinhado às metas de gestão e às necessidades institucionais do Município, configurando medida justificada, tempestiva e compatível com o interesse público, em estrita observância aos dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal vigente.

6 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, III)

A contratação deverá observar um conjunto de requisitos técnicos, administrativos e operacionais que assegurem a adequada execução dos serviços



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

e o atendimento das necessidades multisetoriais da Administração Municipal. Por se tratar de execução indireta de serviços contínuos de apoio técnico-operacional e administrativo, os requisitos da contratação devem garantir a disponibilidade de equipe qualificada, a flexibilidade na alocação de profissionais entre as secretarias demandantes e o cumprimento das normas legais, trabalhistas e de segurança aplicáveis à natureza das atividades.

De forma geral, a empresa contratada deverá dispor de capacidade técnica e estrutura operacional compatíveis com a execução dos serviços, contemplando, entre outros, os seguintes requisitos mínimos:

Requisitos Gerais

- Disponibilizar profissionais devidamente qualificados e com experiência nas funções descritas, observando os Códigos Brasileiros de Ocupação (CBO) definidos para cada categoria profissional envolvida;
- Apresentar comprovação de regularidade trabalhista, previdenciária, fiscal e jurídica, conforme exigido pela legislação vigente;
- Manter equipe de gestão interna responsável pelo acompanhamento das atividades, controle de frequência, substituição imediata de profissionais e comunicação permanente com o gestor e os fiscais designados pelo Município;
- Cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e observando as disposições da NR-6, NR-10 e NR-18 do Ministério do Trabalho e Emprego, quando aplicáveis às atividades de manutenção, elétrica e obras civis;
- Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos de uso individual e coletivo necessários à execução das atividades, salvo quando expressamente previsto de modo diverso no Termo de Referência;
- Assegurar a continuidade dos serviços mediante reposição imediata de pessoal em casos de ausência, afastamento ou substituição temporária, sem prejuízo das rotinas administrativas ou operacionais das secretarias atendidas;
- Manter registro atualizado de controle de ponto e relatórios mensais de execução, contendo a discriminação das horas efetivamente trabalhadas por profissional, local de execução e natureza da atividade, para fins de medição e ateste;
- Cumprir rigorosamente os prazos, rotinas e orientações emitidas pelo gestor e fiscais do contrato, garantindo a qualidade e a regularidade da prestação do serviço;
- Observar a legislação vigente sobre responsabilidade solidária e subsidiária prevista nos arts. 121, §1º, e 122 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas normas trabalhistas correlatas, quanto às obrigações da contratada com seus empregados;
- A contratação tem por objeto a prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, por meio de empresa especializada, com unidade de medida por hora trabalhada, visando atender às demandas permanentes das Secretarias Municipais;
- Os serviços são de natureza auxiliar e acessória, não se confundindo com as atividades-fim da Administração, mas constituindo suporte



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

essencial para a execução das políticas públicas e para o funcionamento adequado das unidades administrativas, escolares, de saúde e socioassistenciais;

- A execução será indireta, mediante disponibilização de mão de obra pela empresa contratada, a qual assumirá integral responsabilidade pelo gerenciamento do pessoal alocado, incluindo seleção, supervisão, capacitação, substituições e cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e acessórias;

- A contratação terá como unidade de medida a hora trabalhada, parâmetro que assegura objetividade, flexibilidade, transparência e melhor acompanhamento da execução contratual;

- A seleção da empresa contratada dar-se-á por meio de Pregão Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), possibilitando contratações futuras, graduais e conforme a demanda real da Administração, com ganhos de competitividade e economicidade;

- Assegurar a continuidade dos serviços, realizando substituições imediatas em casos de ausências, férias ou desligamentos;

- Manter comunicação permanente com a fiscalização designada pela Administração;

- A contratação está amparada na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos dispositivos que tratam da contratação de serviços auxiliares e da utilização do Sistema de Registro de Preços, observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público;

- Disponibilizar mão de obra em quantitativos e perfis profissionais definidos pela Administração, observadas as qualificações mínimas exigidas;

- Apresentar, sempre que solicitado, a relação nominal dos trabalhadores, com comprovação de vínculo empregatício regular;

- Efetuar o pagamento pontual de salários, encargos sociais, previdenciários, fiscais, trabalhistas e demais obrigações legais;

- Fornecer comprovantes de recolhimento de encargos, sempre que solicitado pela Administração;

- Cumprir integralmente as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), convenções e acordos coletivos aplicáveis;

- Os serviços serão fiscalizados por servidores designados pela Administração, cabendo à contratada atender de forma imediata às notificações e recomendações emitidas;

- A empresa deverá manter canal de comunicação permanente com a fiscalização para solução de eventuais ocorrências e adequações na execução contratual;

- A contratada responderá integralmente pela qualidade, eficiência e regularidade dos serviços prestados, bem como pelos danos eventualmente causados ao patrimônio público ou a terceiros em decorrência da execução contratual;

- As exigências editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. Os requisitos de habilitação devem seguir o que



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

estabelece a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021), bem como as instruções da Prefeitura Municipal de Fátima.

- Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório no município de prestação do serviço a ser comprovada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado a partir da vigência do contrato.

- Analisar as propostas comerciais apresentadas, considerando não apenas o custo, mas também a qualidade e a eficiência dos serviços propostos.

Adicionalmente, deverão ser observados os requisitos de planejamento e governança das contratações públicas, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, e art. 18, §1º, incisos I a III, da Lei nº 14.133/2021, assegurando que o processo licitatório seja instruído com todos os elementos técnicos necessários à correta definição do objeto, à seleção da solução mais adequada e à mitigação de riscos contratuais.

O atendimento a esses requisitos é condição essencial para garantir a regularidade da execução, a eficiência dos serviços e a responsabilidade social e trabalhista da contratada, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade e sustentabilidade previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Requisitos de Responsabilidade Social e Ambiental

A contratação deverá observar, além dos critérios técnicos e legais, os princípios de responsabilidade social, sustentabilidade ambiental e valorização do trabalho digno, em consonância com o art. 5º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, que impõe à Administração Pública a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como um dos objetivos fundamentais das contratações públicas.

Nesse sentido, a empresa contratada deverá comprovar e manter práticas compatíveis com os seguintes requisitos:

- Cumprimento integral das normas trabalhistas e previdenciárias, garantindo aos trabalhadores condições adequadas de trabalho, segurança, higiene e saúde ocupacional, conforme previsto nas normas do Ministério do Trabalho e Emprego e nas convenções coletivas aplicáveis;

- Vedação ao trabalho infantil, escravo ou análogo à escravidão, bem como a qualquer forma de discriminação por gênero, raça, orientação sexual, idade ou condição social, conforme preceituam o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificadas pelo Brasil;

- Adoção de medidas de sustentabilidade ambiental no desempenho das atividades, incluindo o uso racional de materiais e insumos, o descarte adequado de resíduos, a redução de desperdícios e o incentivo à reutilização e reciclagem de materiais sempre que possível;

- Utilização de produtos e insumos certificados que atendam a normas técnicas da ABNT, INMETRO e órgãos ambientais competentes, especialmente tintas, solventes e materiais de construção com baixo impacto ambiental, sempre que aplicável às atividades de manutenção e obras;

- Treinamento e conscientização dos trabalhadores sobre boas práticas ambientais e de segurança do trabalho, contribuindo para a preservação dos recursos naturais e para a prevenção de acidentes;



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

- Prioridade à contratação de mão de obra local, como forma de fomentar o desenvolvimento econômico e social do Município de Fátima/BA, promovendo emprego e renda na comunidade;
- Responsabilidade social corporativa, mediante comprovação de que a empresa adota políticas internas de integridade, ética e prevenção à corrupção, conforme o disposto no art. 25, §4º e §9º da Lei nº 14.133/2021;
- Admissão de mão de obra local, preferencialmente domiciliada nos bairros adjacentes aos postos de alocação;
- Os colaboradores devem preencher os seguintes requisitos:
 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
 - Ter instrução correspondente as funções e atribuições do cargo;
 - Ter sido aprovado em exame admissional;
 - Não ter antecedentes criminais registrados; e estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Requisitos de Qualificação - previstos nos arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133/21

Habilitação Jurídica, Fiscal, Trabalhista e social

- A empresa contratada deverá apresentar, no processo licitatório, os documentos exigidos pela legislação vigente para comprovação de sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e social nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme aplicável.

Qualificação Econômico-Financeiro

- A empresa deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira, apresentando: a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data recente (máximo de 90 dias, salvo se o prazo legal for outro); b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da empresa, conforme Termo de Referência; c) Índices contábeis, como Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, com valores iguais ou superiores a 1, salvo disposição diversa no edital ou legislação aplicável. Esses documentos visam garantir que a empresa possui condições econômicas de manter o fornecimento de forma regular durante toda a vigência contratual

Capacidade Técnica

- A contratada deverá comprovar experiência compatível com o objeto, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas ou privadas, que demonstrem a execução anterior de fornecimento similar ao ora contratado, em quantidade e características compatíveis com o objeto.

Requisitos Legais

- A contratação ora proposta deverá observar integralmente a legislação vigente aplicável à administração pública, especialmente no que tange aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público, conforme estabelecido na Constituição Federal e demais normas infraconstitucionais.
- Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações
- Decreto Municipal nº 98/2023



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

- Lei Complementar nº 123/2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, aplicável quando houver participação desses entes no certame.
- Normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais regulamentações específicas aplicáveis aos materiais esportivos adquiridos.
- Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – A empresa contratada será a responsável legal por todas as obrigações trabalhistas decorrentes da execução contratual, observando a CLT, os encargos sociais, previdenciários e fiscais incidentes sobre a folha de pagamento, bem como normas de segurança e medicina do trabalho.
- Normas de Segurança e Saúde do Trabalho – Deverão ser cumpridas as disposições previstas nas Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, garantindo condições adequadas e seguras de execução dos serviços.
- Convenções Coletivas das respectivas categorias - A empresa contratada deverá observar e cumprir integralmente as convenções e acordos coletivos de trabalho aplicáveis às categorias profissionais envolvidas na execução do objeto contratual.
- Instrução Normativa nº 002/2018 do Tribunal de Contas dos Municípios – Bahia.

7 - DO QUANTITATIVO ESTIMADO:

(Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, IV)

A estimativa dos quantitativos que compõem a presente contratação foi elaborada a partir da consolidação das demandas identificadas nos Documentos de Formalização de Demanda (DFDs) encaminhados pelas Secretarias de Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Infraestrutura do Município de Fátima/BA, os quais apontaram a necessidade de disponibilização de serviços de apoio técnico-operacional e administrativo em diversas áreas e funções específicas.

Os quantitativos foram definidos de maneira prospectiva e fundamentada em critérios de razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, levando em consideração a natureza dos serviços a serem executados, o porte das estruturas atendidas e o volume médio de solicitações operacionais que compõem a rotina das secretarias. Em razão de se tratar de itens novos na realidade administrativa municipal, sem histórico de contratações similares que possibilitem a elaboração de memória de cálculo baseada em dados pretéritos, a Administração optou por adotar metodologia técnica de estimativa por projeção de demanda, considerando as horas necessárias para garantir o funcionamento regular e contínuo das atividades ao longo do exercício.

A metodologia de dimensionamento teve como base a análise integrada dos DFDs setoriais, observando-se os seguintes parâmetros:

- número de unidades físicas sob gestão de cada secretaria (escolas, unidades de saúde, centros sociais e prédios administrativos);
- volume médio de atendimentos e serviços executados em cada área;



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

- frequência de manutenção preventiva e corretiva exigida pelos equipamentos públicos;
- jornada média de execução das atividades, conforme a complexidade técnica de cada função;
- necessidade de cobertura de turnos, substituições e eventualidades decorrentes de afastamentos, férias e licenças.

Dessa análise consolidada resultaram as estimativas de horas distribuídas por cargo e área de atuação, contemplando atividades como apoio administrativo interno, auxiliar de alimentação, pintor, ajudante de pintor, auxiliar de eletricista, azulejista e carpinteiro, entre outras funções técnicas correlatas descritas nos DFDs setoriais. As projeções foram definidas de modo a assegurar a disponibilidade mínima de pessoal capaz de atender às demandas simultâneas de todas as secretarias envolvidas, sem gerar ociosidade e garantindo flexibilidade para remanejamentos entre unidades.

A opção pela medição por hora efetivamente trabalhada decorre da necessidade de permitir à Administração maior controle e transparência sobre a execução contratual, bem como da possibilidade de ajuste dinâmico das horas demandadas conforme variação das atividades ao longo do exercício. Essa metodologia, amplamente reconhecida como boa prática na gestão de serviços contínuos, encontra respaldo nos princípios da economicidade e eficiência, previstos nos arts. 5º, 11 e 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, e assegura a correlação direta entre o pagamento e a prestação efetiva do serviço.

Ressalta-se que todos os quantitativos foram devidamente compatibilizados com as previsões orçamentárias disponíveis e seguem a diretriz do Decreto Municipal nº 101/2024, que institui o Plano de Contratações Anual (PCA), de modo que a contratação não gera impacto financeiro não previsto, tampouco extrapola os limites de despesa autorizados para cada secretaria demandante. Ainda que o objeto não conste originalmente no PCA de 2025, a atualização dos quantitativos está respaldada pela possibilidade de revisão do plano, prevista no mesmo decreto, quando houver demandas supervenientes comprovadamente necessárias ao atendimento do interesse público.

Do ponto de vista técnico, os quantitativos ora estimados asseguram a cobertura integral das atividades administrativas e operacionais necessárias à execução das políticas públicas municipais, preservando o equilíbrio entre dimensão da força de trabalho contratada e necessidades reais de execução. A fixação por hora — em substituição a postos fixos — confere flexibilidade gerencial e maior eficiência operacional, permitindo que a execução seja medida, controlada e auditada de forma objetiva, em consonância com as boas práticas de gestão pública e com o disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, o quantitativo estimado reflete um planejamento técnico, prudente e aderente às necessidades da Administração Municipal de Fátima/BA, consolidando informações provenientes de todos os setores demandantes e atendendo plenamente aos requisitos do art. 18, §1º, incisos IV e V da Lei Federal nº 14.133/2021, que determinam a obrigatoriedade de



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

demonstrar a estimativa das quantidades e a adequação entre a demanda e a solução proposta.

I T E M	DESCRIÇÃO	U N D	S E C	S E C	S E C	S E C	S E C	Q T D
			I N F R A	E D U C	A S S I S	A D M	A U D E	
1	Serviço de pintor . 716610 - Profissional que prepara e pinta superfícies de alvenaria, madeira, metal e outras, realizando raspagem, lixamento, aplicação de massa, seladores e tintas, utilizando pincéis, rolos ou pistolas. Atua na proteção e acabamento de edificações, observando normas de segurança e qualidade.	H o r a s	1 9 . 0 0 0	-	-	-	-	1 9 . 0 0 0
2	Serviço de ajudante de pintor . 7166-10 - Preparar e organizar o local de trabalho, preparar e corrigir superfícies (como alvenaria, metal ou madeira), aplicar tintas e vernizes, e verificar a qualidade do trabalho executado. As atividades englobam a preparação e acabamento de superfícies em obras novas ou em manutenção, assegurando a organização do local e a manutenção das ferramentas, bem como auxiliar o pintor.	H o r a s	1 9 . 0 0 0	-	-	-	-	1 9 . 0 0 0
3	Serviço de auxiliar de eletricista . 715615 - Atua no apoio ao eletricista, auxiliando no preparo de ferramentas, na passagem de cabos, na fixação de eletrodutos e conduítes e no transporte de materiais, garantindo o suporte às atividades de instalação e manutenção elétrica.	H o r a s	1 0 . 0 0 0	-	-	-	-	1 0 . 0 0 0
4	Serviço de azulejista . 716510 - Profissional que reveste pisos, paredes e fachadas com cerâmicas, azulejos e porcelanatos. Prepara a base, aplica argamassa, assenta peças, faz cortes e acabamentos, alinhando e rejuntando para assegurar estética e durabilidade.	H o r a s	1 5 . 0 0 0	-	-	-	-	1 5 . 0 0 0
5	Serviço de carpinteiro . 715525 - Compreende a execução, montagem, manutenção e ajuste de estruturas e elementos em madeira ou derivados, incluindo formas para concreto, escoramentos, telhados, forros, portas, janelas e acabamentos. Os serviços compreendem desde a montagem de estruturas de cobertura até pequenos reparos e ajustes em esquadrias e mobiliários.	H o r a s	1 0 . 0 0 0	-	-	-	-	1 0 . 0 0 0



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

6	Serviços de Apoio Administrativo interno, auxiliar de escritório em geral. 411010 - Profissional que executa tarefas administrativas rotineiras, organiza documentos, digita relatórios, controla arquivos, auxilia na tramitação de processos e apoia setores diversos na gestão institucional.	H o r a s	1 9 2 0 0	4 1 2 0 0	2 8 8 0 0	5 8 0 0 0	1 1 2 0 0	6 3 . 0 0 0
7	Serviços de auxiliar de refeições/alimentação. 513505 - Profissional que presta apoio direto ao cozinheiro nas tarefas de preparo das refeições. Atua na higienização e pré-preparo de alimentos, lavando, descascando, cortando, picando e separando ingredientes que serão utilizados pelo cozinheiro, além de organizar utensílios, panelas e bancadas de trabalho. É responsável por manter a cozinha limpa e em ordem, lavar louças, conservar equipamentos, repor materiais de consumo e auxiliar no acondicionamento e armazenamento dos alimentos, observando prazos de validade e condições adequadas de higiene.	H o r a s	-	5 9 2 0 0	5 7 6 0 0	-	1 5 3 6 0	8 0 . 3 2 0

8 - DO LEVANTAMENTO DE MERCADO:

(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, V)

O levantamento de mercado constitui etapa essencial do planejamento da contratação, tendo por objetivo analisar as alternativas existentes para atendimento da necessidade identificada e justificar técnica e economicamente a solução mais adequada, conforme previsto no inciso V do §1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Inicialmente, foram examinadas as possíveis formas de execução dos serviços de apoio técnico-operacional e administrativo, a saber:

a) execução direta pela própria Administração, mediante ampliação do quadro efetivo de servidores;

b) execução indireta, por meio da contratação de empresa especializada para prestação dos serviços com base em medição por hora trabalhada.

A alternativa de execução direta mostrou-se inviável técnica e economicamente, uma vez que a estrutura de pessoal atual da Prefeitura não comporta o volume e a diversidade de atividades demandadas, tampouco dispõe de profissionais especializados em funções operacionais e técnicas específicas, como pintura, carpintaria, eletricidade e apoio administrativo descentralizado. Ademais, a criação de novos cargos efetivos implicaria impacto permanente sobre a folha de pagamento e aumento das despesas com pessoal, sujeitando o Município a restrições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Por sua vez, a execução indireta dos serviços por empresa contratada revelou-se a solução mais vantajosa e adequada, tanto sob o ponto de vista técnico quanto econômico. Essa modalidade permite a alocação flexível de profissionais conforme a demanda de cada secretaria, assegurando



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

continuidade dos serviços essenciais, padronização técnica na execução das tarefas e redução de custos fixos, já que as despesas trabalhistas e previdenciárias são integralmente assumidas pela contratada. Além disso, o modelo proposto possibilita controle rigoroso da execução contratual, mediante medição por hora efetivamente trabalhada, o que garante proporcionalidade entre a despesa pública e o serviço efetivamente prestado.

Com o objetivo de avaliar a viabilidade dessa solução e verificar a existência de oferta no mercado, foi realizado levantamento preliminar junto a diferentes fontes, incluindo:

- Banco de Preços – Grupo Negócios Públicos, com dados de contratações similares realizadas em outras administrações públicas;
- Painel de Preços do Governo Federal, com referências atualizadas de contratações de serviços com dedicação de mão de obra;
- Orçamentos obtidos diretamente junto a empresas locais e regionais, especializadas em serviços operacionais e administrativos;
- Contratações equivalentes registradas em Atas de Registro de Preços de municípios e consórcios públicos do território Nordeste II.

Os resultados apontaram a existência de ampla oferta de empresas capacitadas e tecnicamente habilitadas para execução do objeto, com valores compatíveis com o mercado e variações proporcionais à carga horária e ao nível de especialização dos profissionais. A análise comparativa demonstrou que o modelo de contratação por hora trabalhada, amplamente adotado por outros entes públicos, apresenta melhor relação custo-benefício, além de maior controle, transparência e economicidade.

Assim, o levantamento de mercado permitiu concluir que a contratação de empresa especializada, sob regime de execução indireta e medição por hora, constitui a solução técnica e economicamente mais adequada ao atendimento das necessidades da Administração Municipal. Essa opção confere maior flexibilidade operacional, redução de custos administrativos, mitigação de riscos trabalhistas, e garantia de continuidade e qualidade na execução dos serviços.

A decisão pela presente solução, portanto, está em plena conformidade com o disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 098/2023 (que regulamenta a nova Lei de Licitações no âmbito local) e no Decreto Municipal nº 101/2024 (que institui o Plano de Contratações Anual – PCA), além de observar os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, transparência e interesse público, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9 - DA ESTIMATIVA DO VALOR:

(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, VI)

A estimativa dos custos da contratação constitui etapa essencial do planejamento, tendo por objetivo determinar o valor de referência que servirá de base para o processo licitatório, conforme previsto no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual estabelece que o valor estimado da contratação deve refletir uma relação realista entre os preços de mercado e as condições de execução do objeto.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

O cálculo do custo estimado foi elaborado com base nos quantitativos consolidados apresentados pelas Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Infraestrutura, conforme planilha anexa, e fundamentado nas pesquisas de mercado conduzidas na fase preliminar do estudo. As referências de preço foram obtidas a partir das seguintes fontes oficiais e reconhecidas:

- Painel de Preços do Governo Federal (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br>);
- Banco de Preços – Grupo Negócios Públicos, com registros de contratações de natureza similar;
- Atas de Registro de Preços e licitações recentes de municípios e consórcios públicos da região Nordeste;
- O relatório final da pesquisa de preços irá compor o processo licitatório.

A metodologia adotada observou os critérios definidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, priorizando o uso de múltiplas fontes de pesquisa, a representatividade das amostras, e a atualização dos valores em relação ao mercado. O valor unitário médio de cada função foi definido considerando:

- a remuneração base da categoria profissional, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho vigente;
- os encargos sociais e trabalhistas obrigatórios (FGTS, INSS, férias, 13º salário, adicionais e benefícios legais);
- os custos indiretos e administrativos da contratada, incluindo gestão, supervisão, EPIs, uniformes e ferramentas;
- as obrigações tributárias e margem de lucro compatível com o segmento de mercado.

A composição dos custos foi consolidada de forma transparente, rastreável e alinhada às boas práticas de governança das contratações públicas. O valor global referencial da contratação é de R\$ 4.500.800,00 (quatro milhões, quinhentos mil e oitocentos reais), montante que reflete o somatório dos quantitativos estimados e dos valores unitários obtidos nas pesquisas de mercado, representando um parâmetro técnico realista, proporcional e exequível à dimensão da demanda e à complexidade dos serviços.

Esse valor global servirá como referência para a licitação, podendo ser ajustado por ocasião da formalização do Termo de Referência e da etapa de pesquisa de preços complementar, conforme o disposto no art. 23, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo a atualização conforme a dinâmica de mercado.

Importante destacar que o valor estimado apresenta plena compatibilidade com as dotações orçamentárias disponíveis nas secretarias demandantes e com as previsões constantes do Plano de Contratações Anual (PCA) 2025, em atendimento ao Decreto Municipal nº 101/2024. Ainda que o objeto não conste originalmente no referido Plano, sua inclusão superveniente encontra amparo legal e técnico diante da essencialidade e da continuidade dos serviços.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

Importante destacar que o valor estimado apresenta plena compatibilidade com as dotações orçamentárias disponíveis nas secretarias demandantes e com as previsões constantes do Plano de Contratações Anual (PCA) 2025, em atendimento ao Decreto Municipal nº 101/2024. Ainda que o objeto não conste originalmente no referido Plano, sua inclusão superveniente encontra amparo legal e técnico diante da essencialidade e da continuidade dos serviços.

Ademais, a execução indireta com medição por hora efetivamente trabalhada assegura que o pagamento seja realizado proporcionalmente aos serviços prestados, promovendo maior controle financeiro, redução de desperdícios e racionalização de gastos públicos. Essa sistemática reforça a observância dos princípios da economicidade, eficiência e transparência, previstos nos arts. 5º, 11 e 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, e nas normas locais de governança.

Dessa forma, a estimativa de custos da presente contratação demonstra-se técnica, prudente e aderente às condições do mercado, garantindo que a futura licitação se realize de forma competitiva, vantajosa e compatível com o interesse público.

O valor global de R\$ 4.500.800,00 (quatro milhões, quinhentos mil e oitocentos reais) representa, portanto, a melhor estimativa possível, com base nas informações de mercado disponíveis, refletindo uma contratação planejada, transparente e juridicamente embasada, em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, o Decreto Municipal nº 098/2023 e o Decreto Municipal nº 101/2024 (PCA).

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Serviço de pintor . 716610 - Profissional que prepara e pinta superfícies de alvenaria, madeira, metal e outras, realizando raspagem, lixamento, aplicação de massa, seladores e tintas, utilizando pincéis, rolos ou pistolas. Atua na proteção e acabamento de edificações, observando normas de segurança e qualidade.	Horas	19.000	27,85	R\$ 529.150,00
2	Serviço de ajudante de pintor . 7166-10 - Preparar e organizar o local de trabalho, preparar e corrigir superfícies (como alvenaria, metal ou madeira), aplicar tintas e vernizes, e verificar a qualidade do trabalho executado. As atividades	Horas	19.000	20,25	R\$ 384.750,00



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

	englobam a preparação e acabamento de superfícies em obras novas ou em manutenção, assegurando a organização do local e a manutenção das ferramentas, bem como auxiliar o pintor.				
3	Serviço de auxiliar de eletricista . 715615 - Atua no apoio ao eletricista, auxiliando no preparo de ferramentas, na passagem de cabos, na fixação de eletrodutos e conduítes e no transporte de materiais, garantindo o suporte às atividades de instalação e manutenção elétrica.	Horas	10.000	21,97	R\$ 219.700,00
4	Serviço de azulejista . 716510 - Profissional que reveste pisos, paredes e fachadas com cerâmicas, azulejos e porcelanatos. Prepara a base, aplica argamassa, assenta peças, faz cortes e acabamentos, alinhando e rejuntando para assegurar estética e durabilidade.	Horas	15.000	34,95	R\$ 524.250,00
5	Serviço de carpinteiro . 715525 - Compreende a execução, montagem, manutenção e ajuste de estruturas e elementos em madeira ou derivados, incluindo formas para concreto, escoramentos, telhados, forros, portas, janelas e acabamentos. Os serviços compreendem desde a montagem de estruturas de cobertura até pequenos reparos e ajustes em esquadrias e mobiliários.	Horas	10.000	36,95	R\$ 369.500,00
6	Serviços de Apoio Administrativo interno, auxiliar de escritório em geral . 411010 - Profissional	Horas	63.000	R\$ 16,95	R\$ 1.067.850,00



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

	que executa tarefas administrativas rotineiras, organiza documentos, digita relatórios, controla arquivos, auxilia na tramitação de processos e apoia setores diversos na gestão institucional.				
7	Serviços de auxiliar de refeições/alimentação. 513505 - Profissional que presta apoio direto ao cozinheiro nas tarefas de preparo das refeições. Atua na higienização e pré-preparo de alimentos, lavando, descascando, cortando, picando e separando ingredientes que serão utilizados pelo cozinheiro, além de organizar utensílios, panelas e bancadas de trabalho. É responsável por manter a cozinha limpa e em ordem, lavar louças, conservar equipamentos, repor materiais de consumo e auxiliar no acondicionamento e armazenamento dos alimentos, observando prazos de validade e condições adequadas de higiene.	Horas	80.320	R\$ 17,50	R\$ 1.405.600,00

10 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA:

(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII)

Após análise das alternativas possíveis para atendimento da necessidade identificada, a Administração concluiu que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para execução indireta de serviços de apoio técnico-operacional e administrativo, mediante medição por hora efetivamente trabalhada, abrangendo as Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Infraestrutura.

A escolha desta solução baseia-se em critérios técnicos, econômicos e gerenciais, que demonstram sua superioridade frente às demais opções avaliadas, notadamente a execução direta e a contratação fragmentada por secretaria. A execução direta, embora possível, revelou-se inviável economicamente e ineficiente sob o ponto de vista administrativo, uma vez que



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

implicaria a criação de novos cargos efetivos, aumento permanente da folha de pagamento e ampliação dos encargos previdenciários do Município, afrontando os limites de despesa com pessoal previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Já a contratação de empresa especializada, sob o regime de execução indireta, permite à Administração ajustar a alocação de profissionais conforme a demanda real de cada secretaria, sem gerar vínculos trabalhistas diretos, reduzindo custos fixos e aumentando a flexibilidade operacional. Essa sistemática assegura o cumprimento das rotinas administrativas e operacionais essenciais, como serviços de manutenção predial, apoio logístico, alimentação, pintura, carpintaria, elétrica e atividades administrativas diversas, de forma contínua, segura e tecnicamente padronizada.

A medição por hora trabalhada representa importante mecanismo de controle e eficiência na aplicação dos recursos públicos, pois o pagamento estará vinculado à efetiva prestação do serviço, mediante ateste do gestor e dos fiscais designados, garantindo transparência e proporcionalidade entre custo e entrega. Tal modalidade reduz a possibilidade de ociosidade de pessoal, viabiliza o redimensionamento de esforços entre unidades e assegura melhor controle da produtividade.

Além disso, a adoção de uma contratação unificada entre as secretarias amplia a racionalidade administrativa, evitando duplicidade de processos, fragmentação de objetos e elevação desnecessária de custos. Essa abordagem integrada também permite uniformizar padrões técnicos e de qualidade, fortalecer a governança das contratações e otimizar a gestão dos contratos, conforme o disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A solução escolhida está, portanto, amparada nos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas diretrizes do Decreto Municipal nº 098/2023, que regulamenta a aplicação da Lei de Licitações no âmbito do Município de Fátima/BA, e do Decreto Municipal nº 101/2024, que institui o Plano de Contratações Anual (PCA).

Dessa forma, a contratação por execução indireta, com medição por hora efetivamente trabalhada e gestão centralizada pela Secretaria de Administração, constitui a solução técnica e economicamente mais vantajosa para o Município de Fátima/BA, atendendo de maneira integrada e eficiente às necessidades multissetoriais das secretarias demandantes.

A presente solução possibilita a otimização da força de trabalho, o cumprimento de metas institucionais, a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e a preservação do equilíbrio financeiro e operacional da Administração Municipal, consolidando-se como a alternativa mais adequada ao interesse público.

O Tribunal de Contas dos Municípios também publicou a Instrução Normativa nº 002/2018, que orientou os gestores municipais quanto à terceirização de mão de obra para efeito do cálculo das despesas com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF:



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

“Art. 1º Não serão consideradas para fins de cômputo das despesas com pessoal do Município do Estado da Bahia, as seguintes situações:

a) as despesas realizadas com terceirização de mão de obra dos gastos com pessoal de que tratam os art. 18 e 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, desde que sejam relativas as atividades-meio e que não exerçam atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo no caso de cargo ou categoria extintos ou em extinção, podendo ser relacionadas, exemplificativamente, as atividades relacionadas a serviços de conservação, de limpeza, de segurança, de vigilância, de transportes, de informática, de copeiragem, de recepção, de reprografia, de telecomunicações e serviços de manutenção de prédios, equipamentos e instalações, dentre outras;

b) as despesas de pessoal com serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, quando prestados pelos municípios indiretamente sob regime de concessão ou permissão, dado que as empresas prestadoras dos serviços arcam com os gastos de pessoal;

c) as despesas de pessoal com serviços oriundos dos demais instrumentos com natureza de convênio, ainda que classificados nos diversos elementos de despesa típicos de serviços, realizadas pelos entes nos elementos 41 – Contribuições; 42 – Auxílios e 43 – Subvenções Sociais, por não terem características de contrato;” (IN 002/2018 TCM/Ba. Grifo Nosso).

11 - DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, VIII)

Para atender ao princípio da ampla competitividade, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, a Administração opta por parcelar a contratação em LOTES, nos seguintes termos: LOTE 1 – Serviços de obras, construção/manutenção e LOTE 2 – Serviços de apoio técnico administrativo e operacional.

A divisão em lotes está amparada no dever de o planejamento explicitar as “justificativas para o parcelamento ou não da contratação” (art. 18, §1º, VIII, da Lei nº 14.133/2021), bem como nas orientações do TCU, segundo as quais parcelar é regra quando tecnicamente viável e quando tal medida amplia a competição e a economicidade. O próprio TCU conceitua parcelamento como a divisão da solução “em itens ou em lotes, cada qual autônomo” (manual/guia do TCU) <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/4-1-8-justificativas-para-o-parcelamento-ou-nao-da-contratacao/> exigindo motivação técnica no ETP para a escolha adotada.

Fundamentação técnica para dois LOTES

A agregação por afinidade de objeto evita aglutinação indevida e segrega naturezas distintas de contratação: (i) obras e manutenção predial (serviços de engenharia e correções construtivas) e (ii) apoio técnico, administrativo e operacional (atividades-meio e de suporte), que possuem mercados fornecedores, qualificações técnicas, riscos, insumos e formações de preço diferentes. O fracionamento por natureza:



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

- Aumenta a competição (atrai empresas especializadas em cada segmento);
- Reduz barreiras de entrada (evita impor a uma única licitante capacidades heterogêneas e onerosas);
- Mitiga riscos (permite gestão, medições e fiscalizações aderentes a cada objeto);
- Favorece economicidade (evita perda de economia por especialização e reduz sobrepreço por “pacotes” heterogêneos).

Essas diretrizes reproduzem as boas práticas e jurisprudência do TCU sobre parcelamento e adjudicação por itens/lotos quando o objeto é divisível, desde que preservadas coerência interna e eventual economia de escala

<https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/11/2024/09/Licitacoes-e-Contratos-Orientacoes-e-Jurisprudencia-do-TCU-5a-Edicao-29-08-2024.pdf? utmsource>.

Jurisprudência

- Súmula TCU 247: “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais [...] cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou perda de economia de escala”, exatamente para ampliar a participação de licitantes com diferentes capacidades. A súmula dá a moldura de quando parcelar e quando admitir agrupamento;

- Acórdão TCU 5.260/2011 – 1ª Câmara: admite pregão por lotes (e não por itens) desde que os lotes reúnam itens de mesma natureza e com correlação entre si – reforçando a pertinência técnica dos nossos dois lotes homogêneos;

- Acórdão TCU 2.529/2021 – Plenário: incumbe ao gestor demonstrar que a ausência de parcelamento não restringe a competição; logo, a opção por parcelar em lotes quando viável é a conduta alinhada à competitividade e à vantajosidade;

- Acórdão TCU 61/2024 – Plenário: registra apontamentos por ausência de parcelamento, remetendo à Lei 14.133/2021 e à jurisprudência do Tribunal – reforço contemporâneo de que a aglutinação indevida pode ofender a competitividade;

- (Nota: tribunais de contas estaduais vêm igualmente advertindo contra lote único aglutinador quando o mercado indica viabilidade de divisão, sob pena de restrição competitiva.)

Doutrina e diretrizes complementares

- A literatura especializada e guias públicos reiteram que a divisão do objeto em lotes é espécie de parcelamento voltada a maximizar disputa e eficiência; inclusive no direito comparado (Diretiva 2014/24/UE, art. 46) a “divisão em lotes” é recomendada para ampliar a concorrência;

- Materiais técnicos (manuais/boas práticas) sob a égide da Lei 14.133/2021 destacam o “princípio do parcelamento” para evitar aglutinações injustificadas.

Conclusão e justificativa

À luz do exposto, justifica-se o parcelamento em dois LOTES:

LOTE 1 – Serviços de obras, construção/manutenção (objeto de engenharia e manutenção predial, com exigências técnicas próprias);



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

LOTE 2 – Serviços de apoio técnico administrativo e operacional (mão de obra de apoio e atividades-meio).

A solução: (i) observa a Lei nº 14.133/2021 (art. 18, §1º, VIII); (ii) alinha-se à Súmula TCU 247 e a acórdãos que admitiram lotes homogêneos e exigiram fundamentação quando não parcelado; e (iii) potencializa a competitividade e a economicidade, ao mesmo tempo em que simplifica a gestão e a fiscalização, pois cada lote terá critérios, medições e riscos compatíveis com a sua natureza.

12 - DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, IX)

A presente contratação, a Administração Municipal de Fátima/BA busca alcançar resultados concretos de eficiência administrativa, melhoria da qualidade dos serviços públicos e fortalecimento da governança nas contratações, em alinhamento aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e continuidade do serviço público previstos nos arts. 5º e 11 da Lei Federal nº 14.133/2021. O resultado pretendido com a contratação é garantir apoio técnico-operacional e administrativo permanente às secretarias demandantes — Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Infraestrutura —, assegurando que todas disponham de equipes capacitadas para atender de forma ágil, eficaz e contínua às demandas de manutenção, conservação e suporte administrativo.

Com a execução indireta por empresa especializada, espera-se alcançar um conjunto de melhorias interligadas que reflitam diretamente na eficiência institucional do Município. A contratação proporcionará aprimoramento da eficiência da máquina pública, mediante a execução rápida e técnica das atividades de apoio e manutenção, reduzindo o tempo de resposta e eliminando gargalos operacionais. Também possibilitará redução de custos fixos e melhor aproveitamento dos recursos orçamentários, uma vez que os pagamentos serão realizados exclusivamente sobre as horas efetivamente trabalhadas, conforme ateste do gestor e dos fiscais designados.

A padronização da qualidade dos serviços será outro resultado relevante, garantindo uniformidade técnica, cumprimento das normas de segurança e adoção de boas práticas de gestão em todos os órgãos municipais atendidos. A flexibilidade na alocação de profissionais permitirá a redistribuição de equipes entre as secretarias conforme a sazonalidade das demandas e a prioridade das ações administrativas. Essa medida, aliada ao fortalecimento da gestão contratual, resultará em melhoria significativa da ambiência e conservação dos prédios públicos, refletindo diretamente na segurança, salubridade e funcionalidade dos ambientes de trabalho e de atendimento à população.

A contratação também contribuirá para o fortalecimento da governança pública, promovendo a integração das demandas setoriais e a centralização do controle contratual sob parâmetros técnicos e padronizados, com total transparência e rastreabilidade da execução, asseguradas por meio de controle de ponto, relatórios mensais de execução, medições das horas e fiscalização contínua. Além disso, reforçará o compromisso municipal com a responsabilidade social e ambiental, impondo à contratada a adoção de práticas



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

sustentáveis, cumprimento rigoroso da legislação trabalhista e previdenciária e observância das condições dignas de trabalho.

Outro resultado esperado é o aprimoramento da capacidade gerencial e administrativa das secretarias, permitindo que o corpo técnico efetivo concentre-se nas atividades finalísticas de planejamento, coordenação e avaliação de políticas públicas. A implementação do contrato trará, como consequência, ganhos de eficiência institucional, previsibilidade administrativa e melhor desempenho dos serviços públicos, assegurando o atendimento às demandas da população com maior qualidade, economicidade e regularidade.

Assim, os resultados pretendidos vão além da simples execução de serviços de apoio. Visam fortalecer a estrutura operacional do Município de Fátima/BA, elevar o nível de profissionalização da gestão pública e assegurar que os serviços essenciais permaneçam ininterruptos, eficazes e compatíveis com os padrões de qualidade esperados pelo cidadão. A contratação, portanto, configura-se como instrumento estratégico de gestão pública, alinhado à nova cultura de planejamento e governança instituída pela Lei Federal nº 14.133/2021, concretizando seus fundamentos de eficiência, transparência, sustentabilidade e efetividade.

13 - DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, X)

Em observância ao disposto no art. 18, §1º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração deverá adotar um conjunto de providências administrativas e técnicas indispensáveis à viabilização da contratação e à adequada execução do objeto. Inicialmente, caberá à Secretaria Municipal de Administração, por meio do Setor de Licitações e Contratos, a coordenação dos atos preparatórios do procedimento licitatório, consolidando as informações e documentos provenientes das Secretarias de Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Infraestrutura, de forma a assegurar a coerência técnica e orçamentária entre as demandas setoriais.

Antes da deflagração do certame, deverá ser elaborado o Termo de Referência, com base neste Estudo Técnico Preliminar, contendo a descrição detalhada do objeto, as condições de execução, as especificações técnicas, os critérios de medição e pagamento, as obrigações da contratada e da Administração, as exigências de habilitação e a matriz de riscos contratual. Também deverá ser emitida a autorização formal de abertura do processo licitatório pela autoridade competente, nos termos do art. 71, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, acompanhada da comprovação de disponibilidade orçamentária, a qual garantirá a cobertura financeira necessária à contratação.

Na sequência, deverá ser realizada a pesquisa de preços complementar, conforme o art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, com vistas a confirmar e atualizar os valores referenciais constantes deste estudo, assegurando que os preços praticados na futura licitação reflitam a realidade de mercado e observem a vantajosidade econômica para o Município.

Após a adjudicação e homologação do certame, será necessária a adoção das providências relativas à gestão e fiscalização do contrato, com a designação formal de gestor e fiscais técnico e administrativo, mediante portaria



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

ou ato específico da autoridade superior. Caberá aos fiscais o acompanhamento diário das execuções, o controle das horas efetivamente prestadas, a verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias pela contratada, e a emissão de atestes de conformidade dos serviços executados.

A Administração também deverá assegurar a ampla publicidade dos atos relativos à contratação por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em observância ao art. 174 da Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência, rastreabilidade e controle social sobre o processo.

Concluída a contratação, deverão ser mantidos arquivos técnicos e financeiros organizados contendo o ETP, o Termo de Referência, os documentos de habilitação, a planilha de custos e forma de pagamento, os relatórios de fiscalização, as ordens de serviço e demais registros contratuais, em conformidade com o art. 170, inciso IV, da referida lei.

Além disso, a Administração deverá promover capacitação continuada dos servidores envolvidos nas etapas de planejamento, gestão e fiscalização contratual, assegurando que todos possuam conhecimento técnico e jurídico atualizado acerca da Lei Federal nº 14.133/2021, dos decretos municipais regulamentadores e das boas práticas de governança pública.

Por fim, deverão ser adotadas medidas permanentes de monitoramento e avaliação dos resultados da contratação, com análise periódica da economicidade, da qualidade dos serviços prestados e da eficiência da gestão contratual, de modo a subsidiar melhorias futuras nos instrumentos de planejamento e execução das contratações públicas do Município de Fátima/BA.

Essas providências garantirão que o processo licitatório e a execução contratual ocorram em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assegurando a efetividade dos resultados e o atendimento integral ao interesse público.

14 - DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, X)

A presente contratação apresenta interdependência funcional e operacional com outros instrumentos contratuais de natureza complementar, em especial aqueles voltados à manutenção, conservação e funcionamento das unidades administrativas, educacionais, de saúde e assistência social do Município de Fátima/BA. Embora se trate de um objeto autônomo, os serviços aqui previstos integram um sistema mais amplo de apoio à gestão pública municipal, razão pela qual é essencial reconhecer e compatibilizar suas interfaces com contratações correlatas.

No âmbito da Secretaria de Infraestrutura, há interdependência com futuras ou vigentes contratações voltadas à aquisição de materiais de construção, equipamentos, insumos e ferramentas, indispensáveis à execução dos serviços de manutenção predial, pintura, carpintaria, azulejaria e elétrica. Tais contratos complementam a execução das atividades desenvolvidas pelos profissionais ora previstos, permitindo que as intervenções sejam realizadas com a qualidade técnica exigida e dentro dos prazos administrativos estabelecidos.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

Na Secretaria de Administração, observa-se correlação com contratos de gestão documental, serviços gerais e apoio administrativo, que, embora possuam objetos distintos, utilizam a mesma infraestrutura física e operacional, devendo, portanto, atuar de forma integrada para assegurar eficiência e evitar sobreposição de esforços. Já no âmbito das Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, a interdependência se manifesta principalmente em relação a serviços de limpeza, alimentação, transporte e fornecimento de materiais de consumo, necessários para garantir o funcionamento contínuo e adequado das unidades escolares, de saúde e dos equipamentos sociais.

A compatibilização entre as contratações deve ocorrer desde o planejamento, de modo que a execução dos serviços ora contratados seja coordenada com os demais contratos em vigor, evitando paralisações, lacunas de responsabilidade ou duplicidade de despesas. O presente ETP, portanto, reconhece a necessidade de articulação intersetorial entre as secretarias e a gestão central, assegurando que as atividades de apoio técnico e operacional atuem como vetores de suporte integrado às ações finalísticas da Administração Municipal.

Cumprе salientar que tais interdependências não comprometem a autonomia desta contratação, mas, ao contrário, reforçam sua função estratégica de sustentar o desempenho das demais contratações e políticas públicas em execução. A integração funcional entre contratos é medida de governança e eficiência, em conformidade com o disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, que impõe à alta administração o dever de assegurar coordenação e compatibilidade entre as contratações públicas, e com o Decreto Municipal nº 101/2024, que institui o Plano de Contratações Anual (PCA), o qual serve como instrumento de alinhamento e rastreabilidade das demandas municipais.

Dessa forma, a presente contratação deve ser compreendida como parte de um conjunto de ações administrativas e operacionais integradas, destinadas à manutenção da infraestrutura física e do suporte técnico e administrativo do Município, cuja execução eficiente repercute diretamente na qualidade e na continuidade dos serviços públicos essenciais prestados à população de Fátima/BA.

15 - DOS IMPACTOS AMBIENTAIS:

(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII)

A presente contratação, por sua natureza de prestação de serviços de apoio técnico, administrativo, operacional e de manutenção predial, não apresenta impactos ambientais significativos ou de alta complexidade, uma vez que não envolve atividades potencialmente poluidoras, extração de recursos naturais ou geração de resíduos industriais em larga escala. Contudo, a Administração reconhece que toda execução contratual produz efeitos indiretos sobre o meio ambiente, razão pela qual serão observadas medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias compatíveis com a dimensão e o tipo de serviço a ser executado.

Nos serviços de obras, manutenção e conservação, poderão ocorrer impactos pontuais relacionados à geração de resíduos sólidos, como restos de materiais de construção, embalagens, sobras de tinta, papel, plásticos e outros



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

descartes comuns. Esses resíduos deverão ser devidamente separados e descartados de forma ambientalmente correta, conforme as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 10004:2004 – Classificação de Resíduos Sólidos) e as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010). A empresa contratada será obrigada a cumprir integralmente as boas práticas de gestão ambiental, promovendo o descarte seletivo e destinando resíduos reutilizáveis ou recicláveis a entidades credenciadas, sempre que possível.

Durante a execução das atividades operacionais e administrativas, os impactos esperados são de natureza leve e controlável, decorrentes principalmente do uso de energia elétrica, consumo de água e geração de resíduos comuns, cujos efeitos poderão ser mitigados por meio da adoção de práticas sustentáveis e conscientização ambiental dos colaboradores. Entre as medidas recomendadas, destacam-se o uso racional de recursos naturais, a destinação correta de materiais de limpeza e escritório, e a adoção de equipamentos e insumos com selo de eficiência energética, conforme o Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE/INMETRO.

A Administração Municipal de Fátima/BA, alinhada aos princípios da sustentabilidade ambiental previstos no art. 5º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, exigirá que a contratada observe, durante toda a execução, os preceitos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), incentivando ações voltadas à redução de desperdícios, reutilização de materiais e descarte adequado de resíduos. Além disso, caberá à fiscalização do contrato acompanhar o cumprimento dessas práticas, registrando nos relatórios mensais eventuais não conformidades e adotando medidas corretivas imediatas.

A contratação, portanto, está plenamente alinhada aos princípios de responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável, sendo estruturada para que seus impactos ambientais sejam mínimos e controláveis. Todas as ações decorrentes da execução contratual deverão observar os parâmetros legais aplicáveis e as normas municipais de limpeza urbana e manejo de resíduos, sob pena de responsabilização da contratada por eventuais danos ambientais causados.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais advindos da presente contratação são de baixa magnitude, facilmente mitigáveis e integralmente controláveis mediante a observância das práticas preventivas descritas, inexistindo qualquer impedimento ambiental para sua execução. O Município de Fátima/BA, ao adotar medidas de sustentabilidade e exigir responsabilidade ambiental de seus contratados, reafirma o compromisso da Administração Pública com a preservação ambiental, o uso racional dos recursos e a promoção do desenvolvimento sustentável em todas as etapas de suas contratações.

16 - MAPA DE RISCOS:

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO			
Risco Identificado	Impacto	Probabilidade	Medidas Mitigadoras / Controle
Falta de	Serviços insuficientes	MÉDIA	Formalização das



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

Levantamento adequado das demandas de cada Secretaria	ou desnecessários; desperdício de recurso		demandas via Documento de Formalização de Demanda; reuniões de alinhamento com secretarias
Estimativa de valor inadequada	Orçamento insuficiente ou superfaturamento	MÉDIA	Pesquisa de preços detalhada, utilização de atas de registro de preços e referências de mercado
Definição incorreta do objeto	Inexecução ou necessidade de aditivo contratual	BAIXA	Elaboração detalhada do Termo de Referência; validação por equipe técnica e jurídica
LICITAÇÃO			
Risco Identificado	Impacto	Probabilidade	Medidas Mitigadoras / Controle
Impugnações ou contestações ao edital	Atraso no processo e risco jurídico	MÉDIA	Revisão jurídica prévia do edital; adoção de regras claras e transparentes
Participação limitada de fornecedores	Redução da competitividade e possível aumento de preços	MÉDIA	Parcelamento por lote; divulgação ampla
Erros na habilitação de fornecedores	Seleção de empresa não qualificada	BAIXA	Conferência rigorosa de documentos legais, fiscais e técnicos; análise criteriosa de capacidade operacional
EXECUÇÃO CONTRATUAL			
Risco Identificado	Impacto	Probabilidade	Medidas Mitigadoras / Controle



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

Descumprimento de prazos ou quantidade de serviços	Interrupção de atividades essenciais	MÉDIA	Fiscalização contínua; relatórios periódicos; indicadores de desempenho (KPIs)
Qualidade inadequada dos serviços prestados	Prejuízo à eficiência, segurança e continuidade das atividades	MÉDIA	Treinamento da equipe contratada; acompanhamento diário; aplicação de penalidades contratuais
Problemas trabalhistas ou fiscais da contratada	Responsabilidade indireta da Administração; risco legal	BAIXA	Exigência de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista contínua; cláusulas contratuais de responsabilização
Falhas em sistemas de segurança, TI ou logística	Interrupção de serviços, risco à segurança e patrimônio	MÉDIA	Manutenção preventiva; sistemas de monitoramento; contratos de suporte técnico contínuo
Alterações de demanda não previstas	Subdimensionamento ou excesso de serviços contratados	MÉDIA	Flexibilidade via Sistema de Registro de Preços; ajustes por aditivos dentro da legalidade
Descontinuidade por ausência de pessoal substituto	Interrupção de atividades essenciais	MÉDIA	Contratação com cláusulas de substituição imediata; gestão de escalas e contingência

17 - DA CONCLUSÃO:

(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, XIII)



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

Após a análise minuciosa das informações, estudos e justificativas apresentadas nos itens anteriores, conclui-se pela plena viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação de empresa especializada para a execução indireta dos serviços de apoio técnico, administrativo, operacional, manutenção e obras de pequeno e médio porte, conforme especificado nos dois lotes definidos neste Estudo Técnico Preliminar. A demanda consolidada pelas Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Infraestrutura demonstra a necessidade efetiva e contínua de profissionais qualificados para o desempenho das atividades de suporte às rotinas administrativas e operacionais, essenciais à manutenção da regularidade e à eficiência dos serviços públicos municipais.

A contratação proposta representa solução tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e juridicamente legítima, observando integralmente os princípios e diretrizes previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 098/2023, que regulamenta a aplicação da Nova Lei de Licitações no âmbito do Município de Fátima/BA, e no Decreto Municipal nº 101/2024, que institui o Plano de Contratações Anual (PCA). A execução indireta mediante empresa especializada possibilitará otimização dos recursos públicos, flexibilidade na alocação de pessoal, redução de custos fixos e melhoria na qualidade dos serviços prestados, com controle rigoroso das horas efetivamente trabalhadas e fiscalização contínua dos resultados.

A análise do levantamento de mercado evidenciou existência de ampla oferta de empresas capacitadas, com experiência comprovada em serviços de natureza similar, bem como parâmetros de preços compatíveis com a realidade local e regional, confirmando a viabilidade econômica da contratação e a sua conformidade com as práticas de mercado. O valor global estimado em R\$ 4.500.800,00 (quatro milhões, quinhentos mil e oitocentos reais) foi apurado com base em pesquisa técnica fundamentada, respeitando as orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, garantindo coerência, transparência e vantajosidade.

No aspecto ambiental, constatou-se que os serviços a serem executados não geram impactos significativos, sendo suas eventuais externalidades plenamente mitigáveis por meio de boas práticas de gestão ambiental, destinação correta de resíduos e adoção de medidas de sustentabilidade, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e o art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.

Do ponto de vista técnico e estratégico, o modelo de contratação proposto permitirá integração entre as secretarias municipais, racionalização de esforços, padronização de procedimentos e aperfeiçoamento da governança pública, contribuindo para a consolidação de uma gestão eficiente, moderna e sustentável. A estrutura de gestão contratual será fortalecida pela atuação conjunta do gestor e dos fiscais designados, garantindo o acompanhamento efetivo da execução e a aferição dos resultados.

Diante do exposto, considera-se viável e recomendável a realização da licitação para contratação de empresa especializada, conforme especificado neste Estudo Técnico Preliminar, por atender ao interesse público, aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e sustentabilidade, e às



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

exigências legais e técnicas aplicáveis. A solução proposta é a que melhor equilibra custo, qualidade, segurança jurídica e efetividade administrativa, configurando-se como a alternativa mais adequada para assegurar a continuidade, eficiência e melhoria dos serviços públicos municipais.

Conclui-se, portanto, pela viabilidade técnica e econômica da contratação, recomendando-se a sua execução conforme os parâmetros e fundamentos aqui estabelecidos, garantindo-se a observância integral do regime

Fátima/BA, em 17 de outubro de 2025.

Rafael Silva dos Santos
Secretário Municipal de Administração

Maria Jussara do Nascimento
Secretária Municipal de Assistência Social

José Vicente Culino Santos
Secretário Municipal de Educação

Mônica Santos Reis
Secretária Municipal de Saúde

José Elifagno Sousa dos Anjos
Chefe Departamento de Obras



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025PMF
ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a disponibilização de mão de obra qualificada destinada a serviços de apoio às atividades de obras e manutenção, bem como para o suporte técnico, administrativo e operacional, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1 - SERVIÇOS DE OBRAS, CONSTRUÇÃO/MANUTENÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE PINTOR . 716610 - PROFISSIONAL QUE PREPARA E PINTA SUPERFÍCIES DE ALVENARIA, MADEIRA, METAL E OUTRAS, REALIZANDO RASPAGEM, LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE MASSA, SELADORES E TINTAS, UTILIZANDO PINCÉIS, ROLOS OU PISTOLAS. ATUA NA PROTEÇÃO E ACABAMENTO DE EDIFICAÇÕES, OBSERVANDO NORMAS DE SEGURANÇA E QUALIDADE.	HORAS	19.000	R\$ 27,85	R\$ 529.150,00
2	SERVIÇO DE AJUDANTE DE PINTOR . 7166-10 - PREPARAR E ORGANIZAR O LOCAL DE TRABALHO, PREPARAR E CORRIGIR SUPERFÍCIES (COMO ALVENARIA, METAL OU MADEIRA), APLICAR TINTAS E VERNIZES, E VERIFICAR A QUALIDADE DO TRABALHO EXECUTADO. AS ATIVIDADES ENGLOBAM A PREPARAÇÃO E ACABAMENTO DE SUPERFÍCIES EM	HORAS	19.000	R\$ 20,25	R\$ 384.750,00



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

	OBRAS NOVAS OU EM MANUTENÇÃO, ASSEGURANDO A ORGANIZAÇÃO DO LOCAL E A MANUTENÇÃO DAS FERRAMENTAS, BEM COMO AUXILIAR O PINTOR.				
3	SERVIÇO DE AUXILIAR DE ELETRICISTA . 715615 - ATUA NO APOIO AO ELETRICISTA, AUXILIANDO NO PREPARO DE FERRAMENTAS, NA PASSAGEM DE CABOS, NA FIXAÇÃO DE ELETRODUTOS E CONDUÍTES E NO TRANSPORTE DE MATERIAIS, GARANTINDO O SUPORTE ÀS ATIVIDADES DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA.	HORAS	10.000	R\$ 21,97	R\$ 219.700,00
4	SERVIÇO DE AZULEJISTA . 716510 - PROFISSIONAL QUE REVESTI PISOS, PAREDES E FACHADAS COM CERÂMICAS, AZULEJOS E PORCELANATOS. PREPARA A BASE, APLICA ARGAMASSA, ASSENTA PEÇAS, FAZ CORTES E ACABAMENTOS, ALINHANDO E REJUNTANDO PARA ASSEGURAR ESTÉTICA E DURABILIDADE.	HORAS	15.000	R\$ 34,95	R\$ 524.250,00
5	SERVIÇO DE CARPINTEIRO . 715525 - COMPREENDE A EXECUÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E AJUSTE DE ESTRUTURAS E ELEMENTOS EM MADEIRA OU DERIVADOS, INCLUINDO FORMAS PARA CONCRETO, ESCORAMENTOS, TELHADOS, FORROS, PORTAS, JANELAS E ACABAMENTOS. OS SERVIÇOS COMPREENDEM DESDE A MONTAGEM DE ESTRUTURAS DE COBERTURA ATÉ PEQUENOS REPAROS E AJUSTES EM ESQUADRIAS E MOBILIÁRIOS.	HORAS	10.000	R\$ 36,95	R\$ 369.500,00



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

LOTE 2 - SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

I T E M	DESCRIÇÃO	UNIDA DES	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
6	SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO INTERNO, AUXILIAR DE ESCRITÓRIO EM GERAL. 411010 - PROFISSIONAL QUE EXECUTA TAREFAS ADMINISTRATIVAS ROTINEIRAS, ORGANIZA DOCUMENTOS, DIGITA RELATÓRIOS, CONTROLA ARQUIVOS, AUXILIA NA TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS E APOIA SETORES DIVERSOS NA GESTÃO INSTITUCIONAL.	HORAS	63.000	R\$ 16,95	R\$ 1.067.850,00
7	SERVIÇOS DE AUXILIAR DE REFEIÇÕES/ALIMENTAÇÃO. 513505 - PROFISSIONAL QUE PRESTA APOIO DIRETO AO COZINHEIRO NAS TAREFAS DE PREPARO DAS REFEIÇÕES. ATUA NA HIGIENIZAÇÃO E PRÉ-PREPARO DE ALIMENTOS, LAVANDO, DESCASCANDO, CORTANDO, PICANDO E SEPARANDO INGREDIENTES QUE SERÃO UTILIZADOS PELO COZINHEIRO, ALÉM DE ORGANIZAR UTENSÍLIOS, PANELAS E BANCADAS DE TRABALHO. É RESPONSÁVEL POR MANTER A COZINHA LIMPA E EM ORDEM, LAVAR LOUÇAS, CONSERVAR EQUIPAMENTOS, REPOR MATERIAIS DE CONSUMO E AUXILIAR NO ACONDICIONAMENTO E ARMAZENAMENTO DOS ALIMENTOS, OBSERVANDO PRAZOS	HORAS	80.320	R\$ 17,50	R\$ 1.405.600,00



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

DE VALIDADE E CONDIÇÕES ADEQUADAS DE HIGIENE.				
---	--	--	--	--

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar;

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, (máximo de 5 anos) contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a necessidade da administração é permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa;

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação e a descrição da necessidade encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O Estudo Técnico Preliminar contempla, em seu item 5, análise específica acerca do Planejamento da Administração, conforme previsto no art. 18, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. Embora o objeto não conste originalmente no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025, o ETP demonstra e justifica de forma técnica e fundamentada a necessidade superveniente da contratação, em conformidade com o Decreto Municipal nº 101/2024, que admite a atualização do PCA diante de novas demandas essenciais ao interesse público. Assim, o documento comprova que a inclusão posterior do objeto está amparada legalmente e integrada ao processo de planejamento governamental do Município de Fátima/BA.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar um conjunto de requisitos técnicos, administrativos e operacionais que assegurem a adequada execução dos serviços e o atendimento das necessidades multissetoriais da Administração Municipal. Por se tratar de execução indireta de serviços contínuos de apoio técnico-operacional e administrativo, os requisitos da contratação devem garantir a disponibilidade de equipe qualificada, a flexibilidade na alocação de profissionais entre as secretarias demandantes e o cumprimento das normas legais, trabalhistas e de segurança aplicáveis à natureza das atividades;

4.2. Disponibilizar profissionais devidamente qualificados e com experiência nas funções descritas, observando os Códigos Brasileiros de Ocupação (CBO) definidos para cada categoria profissional envolvida;

4.3. Apresentar comprovação de regularidade trabalhista, previdenciária, fiscal e jurídica, conforme exigido pela legislação vigente;



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

4.4. Manter equipe de gestão interna responsável pelo acompanhamento das atividades, controle de frequência, substituição imediata de profissionais e comunicação permanente com o gestor e os fiscais designados pelo Município;

4.5. Cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e observando as disposições da NR-6, NR-10 e NR-18 do Ministério do Trabalho e Emprego, quando aplicáveis às atividades de manutenção, elétrica e obras civis;

4.6. Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos de uso individual e coletivo necessários à execução das atividades, salvo quando expressamente previsto de modo diverso no Termo de Referência;

4.7. Assegurar a continuidade dos serviços mediante reposição imediata de pessoal em casos de ausência, afastamento ou substituição temporária, sem prejuízo das rotinas administrativas ou operacionais das secretarias atendidas;

4.8. Manter registro atualizado de controle de ponto e relatórios mensais de execução, contendo a discriminação das horas efetivamente trabalhadas por profissional, local de execução e natureza da atividade, para fins de medição e ateste;

4.9. Cumprir rigorosamente os prazos, rotinas e orientações emitidas pelo gestor e fiscais do contrato, garantindo a qualidade e a regularidade da prestação do serviço;

4.10. Observar a legislação vigente sobre responsabilidade solidária e subsidiária prevista nos arts. 121, §1º, e 122 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas normas trabalhistas correlatas, quanto às obrigações da contratada com seus empregados;

4.11. A contratação tem por objeto a prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, por meio de empresa especializada, com unidade de medida por hora trabalhada, visando atender às demandas permanentes das Secretarias Municipais;

4.12. Os serviços são de natureza auxiliar e acessória, não se confundindo com as atividades-fim da Administração, mas constituindo suporte essencial para a execução das políticas públicas e para o funcionamento adequado das unidades administrativas, escolares, de saúde e socioassistenciais;

4.13. A execução será indireta, mediante disponibilização de mão de obra pela empresa contratada, a qual assumirá integral responsabilidade pelo gerenciamento do pessoal alocado, incluindo seleção, supervisão, capacitação, substituições e cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e acessórias;

4.14. A contratação terá como unidade de medida a hora trabalhada, parâmetro que assegura objetividade, flexibilidade, transparência e melhor acompanhamento da execução contratual;

4.15. A seleção da empresa contratada dar-se-á por meio de Pregão Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), possibilitando contratações futuras, graduais e conforme a demanda real da Administração, com ganhos de competitividade e economicidade;



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

4.16. Assegurar a continuidade dos serviços, realizando substituições imediatas em casos de ausências, férias ou desligamentos;

4.17. Manter comunicação permanente com a fiscalização designada pela Administração;

4.18. A contratação está amparada na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos dispositivos que tratam da contratação de serviços auxiliares e da utilização do Sistema de Registro de Preços, observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público;

4.19. Disponibilizar mão de obra em quantitativos e perfis profissionais definidos pela Administração, observadas as qualificações mínimas exigidas;

4.20. Apresentar, sempre que solicitado, a relação nominal dos trabalhadores, com comprovação de vínculo empregatício regular;

4.21. Efetuar o pagamento pontual de salários, encargos sociais, previdenciários, fiscais, trabalhistas e demais obrigações legais;

4.22. Fornecer comprovantes de recolhimento de encargos, sempre que solicitado pela Administração;

4.23. Cumprir integralmente as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), convenções e acordos coletivos aplicáveis;

4.24. Os serviços serão fiscalizados por servidores designados pela Administração, cabendo à contratada atender de forma imediata às notificações e recomendações emitidas;

4.25. A empresa deverá manter canal de comunicação permanente com a fiscalização para solução de eventuais ocorrências e adequações na execução contratual;

4.26. A contratada responderá integralmente pela qualidade, eficiência e regularidade dos serviços prestados, bem como pelos danos eventualmente causados ao patrimônio público ou a terceiros em decorrência da execução contratual;

4.27. As exigências editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. Os requisitos de habilitação devem seguir o que estabelece a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021), bem como as instruções da Prefeitura Municipal de Fátima;

4.28. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório no município de prestação do serviço a ser comprovada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado a partir da vigência do contrato;

4.29. Analisar as propostas comerciais apresentadas, considerando não apenas o custo, mas também a qualidade e a eficiência dos serviços propostos;

4.30. Adicionalmente, deverão ser observados os requisitos de planejamento e governança das contratações públicas, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, e art. 18, §1º, incisos I a III, da Lei nº 14.133/2021, assegurando que o processo licitatório seja instruído com todos os elementos técnicos necessários à correta definição do objeto, à seleção da solução mais adequada e à mitigação de riscos contratuais;



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

4.31. O atendimento a esses requisitos é condição essencial para garantir a regularidade da execução, a eficiência dos serviços e a responsabilidade social e trabalhista da contratada, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade e sustentabilidade previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Requisitos de Responsabilidade Social e Ambiental:

4.32. A contratação deverá observar, além dos critérios técnicos e legais, os princípios de responsabilidade social, sustentabilidade ambiental e valorização do trabalho digno, em consonância com o art. 5º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, que impõe à Administração Pública a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como um dos objetivos fundamentais das contratações públicas.

4.33. Nesse sentido, a empresa contratada deverá comprovar e manter práticas compatíveis com os seguintes requisitos:

- Cumprimento integral das normas trabalhistas e previdenciárias, garantindo aos trabalhadores condições adequadas de trabalho, segurança, higiene e saúde ocupacional, conforme previsto nas normas do Ministério do Trabalho e Emprego e nas convenções coletivas aplicáveis;
- Vedação ao trabalho infantil, escravo ou análogo à escravidão, bem como a qualquer forma de discriminação por gênero, raça, orientação sexual, idade ou condição social, conforme preceituam o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificadas pelo Brasil;
- Adoção de medidas de sustentabilidade ambiental no desempenho das atividades, incluindo o uso racional de materiais e insumos, o descarte adequado de resíduos, a redução de desperdícios e o incentivo à reutilização e reciclagem de materiais sempre que possível;
- Utilização de produtos e insumos certificados que atendam a normas técnicas da ABNT, INMETRO e órgãos ambientais competentes, especialmente tintas, solventes e materiais de construção com baixo impacto ambiental, sempre que aplicável às atividades de manutenção e obras;
- Treinamento e conscientização dos trabalhadores sobre boas práticas ambientais e de segurança do trabalho, contribuindo para a preservação dos recursos naturais e para a prevenção de acidentes;
- Prioridade à contratação de mão de obra local, como forma de fomentar o desenvolvimento econômico e social do Município de Fátima/BA, promovendo emprego e renda na comunidade;
- Responsabilidade social corporativa, mediante comprovação de que a empresa adota políticas internas de integridade, ética e prevenção à corrupção, conforme o disposto no art. 25, §4º e §9º da Lei nº 14.133/2021;
- Admissão de mão de obra local, preferencialmente domiciliada nos bairros adjacentes aos postos de alocação;
- Os colaboradores devem preencher os seguintes requisitos:
 - ☐ Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
 - ☐ ter instrução correspondente as funções e atribuições do cargo;
 - ☐ ter sido aprovado em exame admissional;



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

☐ não ter antecedentes criminais registrados; e estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Jornada de trabalho

4.34. A carga horária semanal dos serviços será de até 40 horas e mensal de até 200 horas, com intervalo de 02 (duas) horas para almoço, observada a legislação pertinente. Os intervalos para refeição serão escalonados, de forma que os serviços não sofram descontinuidade. A carga horária poderá ser distribuída durante os dias úteis da semana no período das 08h00 às 18h00 horas;

4.35. Os serviços com escala 12x36h terão 12 (doze) horas de trabalho contínuo por 36 (trinta e seis) horas de descanso, totalizando a carga horária mensal de 180 (cento e oitenta) horas. Os horários de expediente para os serviços diurno e noturno serão no período das 07h00 às 19h00 e das 19h00 às 07h00 de segunda a domingo, respectivamente;

4.36. As escalas de trabalho deverão ser definidas pela Contratada, de modo a obter a maior economicidade possível, tendo de ter a concordância da fiscalização da Prefeitura, de forma a atender às necessidades dos serviços, dentro dos horários definidos. Caso haja justificativa em função da necessidade dos serviços ou por melhor conveniência das partes, os horários poderão sofrer alterações, que serão definidas pela Fiscalização da Prefeitura, sempre respeitando as normas trabalhistas.

Fardamento e EPIs

4.37. Deverão ser fornecidos para o período de 01 (um) ano, no mínimo, 02 (dois) conjunto de uniformes completos, conforme detalhamento no quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO DE UNIFORME	QTDE. SEMESTRAL
01	Serviços de Apoio Administrativo interno, auxiliar de escritório em geral. (item 6)	Camisa polo/social	02
		Calça jeans/social	02
		Par de sapatos social	01
		Crachá	01
		EPI*	01
02	Serviço de pintor. (item 1) Serviço de ajudante de pintor. (item 2) Serviço de auxiliar de eletricista. (item 3) Serviço de azulejista. (item 4) Serviço de carpinteiro. (item 5)	Camisa em brim	02
		Calça em brim	02
		Par de botas	01
		Crachá	01
		EPI*	01



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

03	Serviços de auxiliar de refeições/alimentação. (item 7)	Camisa de Algodão	02
		Calça de Algodão	02
		Par de Botas de PVC	01
		Crachá	01
		EPI*	01

4.38. Caso a função exija o uso de EPI's, a empresa deverá fornecer um kit com todos os equipamentos inerentes à função.

Requisitos técnicos:

4.39. Para que o objeto da contratação seja atendido, é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021;

4.40. A contratada deverá comprovar capacidade técnica operacional para a execução dos serviços contratados, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem a execução de serviços de natureza semelhante ao objeto deste contrato;

4.41. Todos os colaboradores alocados para a prestação dos serviços estejam devidamente treinados e capacitados para o exercício das funções que desempenharão, observando-se, especialmente, as normas de segurança e saúde no trabalho;

Subcontratação

4.42. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da proposta e da contratação

4.43. Nos termos do artigo 58 da Lei Federal Nº 14.133/2021, a Garantia da Proposta, limitada a 1% (um inteiro por cento) do valor estimado do objeto da contratação, deverá ser recolhida pela licitante, sob uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do artigo 96 da Lei Federal Nº 14.133/2021, devendo apresentar o comprovante para ser aceito no certame, sob o risco de ser desclassificado;

4.44. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato;

4.45. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato;

4.46. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;

4.47. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.48. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços. Contudo, a empresa deve apresentar documento que



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

se responsabilize que os serviços serão atendidos em prédios públicos do município, imóveis que se encontram tanto na zona rural quanto urbana.

Sustentabilidade

4.49. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. Os serviços serão executados de forma contínua e ininterrupta nos horários e jornadas especificadas no item 4.34 a 4.36 deste Termo de Referência, alterado por determinação legal, os horários predeterminados serão adequados aos novos horários;

5.2. Os quantitativos de funções, bem como a carga horária de trabalho apresentada tratam-se apenas de medidas estimadas de necessidade, podendo sofrerem alteração no curso do contrato, sem que isso importe em penalização pelo Contratante, garantido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

5.3. Os serviços objeto desta contratação serão prestados de acordo com os horários e locais de trabalho estabelecidos pela PMF, podendo ser alterados a qualquer tempo, de acordo com as necessidades, inclusive para atender demandas aos sábados, domingos e feriados nas dependências das unidades geridas pela PMF;

5.4. A empresa contratada deverá disponibilizar empregados em quantidade satisfatória à prestação dos serviços, Sempre uniformizados e devidamente registrada em sua respectiva carteira de trabalho;

5.5. A execução dos serviços será indireta, mediante a contratação de empresa especializada, que disponibilizará mão de obra para apoio administrativo e operacional;

5.6. A contratação ocorrerá por meio de Pregão Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP);

5.7. A unidade de medida adotada será a hora trabalhada, parâmetro que assegura objetividade, transparência e flexibilidade no acompanhamento da execução contratual.

Local e horário da prestação dos serviços

5.8. Os serviços irão ser prestados em endereço diversos, conforme solicitação, sendo na zona rural e urbana;

Materiais a serem disponibilizados

5.9. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.10. Ainda, considerando que a prestação dos serviços de Manutenção Preventiva e Instalação de Ar Condicionado é uma atividade complexa e especializada, com utilização de ferramentas diversas, a licitante para prestação de serviços de mão-de-obra deverá dispor de uma estrutura mínima composta de: instalações físicas adequadas, equipamentos apropriados e mão-de-obra especializada com vários materiais, ficando também a cargo da licitante adquirir novas



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

ferramentas e maquinários se necessário para prestação do serviço, bem como dispor de mão de obra especializada em número suficiente para realizar os serviços contratados dentro do prazo médio pré-estipulado pela contratante ao órgão gestor a fim de realizar os serviços com maior rapidez.

5.11. Para atendimento do item anterior a licitante deverá apresentar uma declaração formal, sob as penalidades cabíveis, da relação e da disponibilidade de recursos humanos e materiais mínimos necessários para execução dos objetos desta licitação, bem como, declaração de que dispõe de funcionários capacitados para prestar o serviço com maior qualidade e no prazo determinado pela contratante, estrutura e equipamentos necessários a execução dos serviços a serem contratados.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.12. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

5.13. A garantia dos serviços deverá ser cumprida, mesmo após o término ou rescisão do contrato e da Ata de Registro de Preços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato **Jackson dos Santos Reis**, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração:

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato,



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado ou não;

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.:

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. O prazo de validade;



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

- 7.9.2. A data da emissão;
- 7.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5. O valor a pagar; e
- 7.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021. ;

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018);

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.

8.1.1. Com base no Decreto Municipal Nº 37, de 10 de fevereiro de 2025, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito do município de Heliópolis. artigo 8º “Os órgãos e as entidades deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação dos BENEFICIADOS nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).”

8.2. Os licitantes deverão apresentar, sob pena de desclassificação, a planilha de composição de preços unitários para cada item estimado no quadro descrito no item 1 deste Termo de Referência;

8.3. Para fins de elaboração do cálculo do valor da hora trabalhada as licitantes deverão:

8.4. Apresentar as Planilhas de Composição de Preços Unitários, levando em consideração as exigências da CCT SEAC/SINDILIMP vigente, no que se refere aos salários base, a jornada especial, os adicionais de remuneração, insumos de mão de obra (Uniforme, EPI e Exames Médicos) e em especial aos percentuais de Encargos Sociais exigidos na Cláusula Quadragésima Nona da referida convenção, sob pena de desclassificação;

8.5. Adotar a quantidade mensal de 200 (duzentas) horas para o cálculo da jornada padrão;

8.6. Para os serviços cuja escala de trabalho seja 12x36 horas, deverá ser considerada a quantidade mensal de 180 (cento e oitenta) horas;

8.7. Cada posto com escala de 12x36h será ocupado por 02 (dois) profissionais, sendo 12 (doze) horas de trabalho contínuo, por 36 (trinta e seis) horas de descanso;

8.8. Os proponentes não poderão utilizar valores de salários inferiores ao da Convenção acima citada, ressalvado os casos de prestação de serviços



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

não abrangidos pelos respectivos sindicatos ou que inexista Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo que, neste caso, deverá ser observado salário mínimo vigente do país. Ressalva-se, ainda, os serviços executados por empreitadas, tarefa, fração de horas e outras formas, desde que não configure burla a legislação trabalhista;

8.9. Caso os salários base constantes nas convenções citadas anteriormente se encontrem abaixo do salário-mínimo vigente no País, as licitantes deverão adotar o salário-mínimo vigente, sob pena de desclassificação;

8.10. O salário base para composição das remunerações dos Serviços de Atendimento ao Público e Suporte Institucional e Registro e Inserção de Dados em Sistema serão de R\$ 1.544,58 e 1.530,00, respectivamente;

8.11. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta de preços apresentada, sob pena de desclassificação (Súmula TCU nº 254/2010).

8.12. Considerando tratar-se de contratação de serviços que se enquadra, para fins tributários, no conceito de cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos arts. 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa - RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, a Licitante Microempresa - ME ou Empresa de 6.5 - Pequeno Porte - EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser Contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor em decorrência da sua exclusão obrigatória do simples nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. (Acórdão TCU 797/2011 - Plenário e IN SLTI nº. 2/2008);

8.13. As licitantes estarão impedidas de apresentar planilhas de custos e formação de preços com base no regime de tributação do simples nacional, ofensa às disposições da LC nº. 123/2006, conforme posicionamento externado pelo TCU no Acórdão nº. 797/2011 - Plenário;

8.14. As licitantes estarão impedidas de aplicar o regime de Desoneração na Folha de Pagamentos tendo em vista o objeto da presente licitação, a mesma não se encontra enquadrada no rol das atividades descritas na Lei nº. 12.546/2011;

8.15. Os preços a que se refere o item 8, deverão incluir custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas, encargos trabalhistas e previdenciários, tributários, comerciais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;

8.16. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências escritas anteriormente e as que por acaso sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

Forma de fornecimento

8.17. O fornecimento do objeto será parcelado, através da execução indireta

Exigências de habilitação



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

8.18. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.19. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.20. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.21. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.22. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.23. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.24. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.25. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.26. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.27. Ato de autorização para o exercício da atividade;

8.28. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.29. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.30. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.31. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.32. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.33. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.34. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.35. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.36. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.37. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.38. Certidões negativas de falência e concordata, expedidas pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitas Certidões com mais de 30 (trinta) dias corridos, contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização desta licitação, apenas consideradas para esse fim, aquelas que não têm prazo de validade próprio;

8.39. Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação;

8.40. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.40.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.40.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.40.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

8.40.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.40.5. Cópia do termo de abertura e encerramento do Livro Diário, onde conste o Registro da Junta Comercial ou órgão competente, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios, como as notas explicativas em conformidade com o NBC TG no 1000 do (CPC PME), e na Resolução CFC no 1.255 de 10 de dezembro de 2009, bem como o art. 176 da Lei 6.404/1976, bem como no § 4º do Art. 176 da Lei Nº 6.404/76, acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional válida emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC), CERTIFICANDO que o (a) profissional encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil, de acordo com a Resolução Nº 1.637/2021- CFC.

8.40.6. Dispensar o MEI da apresentação do Balanço Patrimonial. A fundamentação desta tese é a de que os MEIs estão dispensados de manter contabilidade formal, não possuindo Livro Diário ou Livro Caixa e a exigência de Balanço imputaria ônus excessivo ao microempresário. Ademais, estariam os MEIs desobrigados de produzir Balanço Patrimonial, conforme o § 2º do art. 1.179 do Código Civil.

8.40.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.41. A boa situação financeira do licitante será comprovada com a apresentação de **Declaração** contendo as Demonstrações Contábeis transcritas do instrumento próprio, completando-se com a indicação e **assinaturas do titular ou de representante legal da empresa e do profissional da contabilidade legalmente habilitado** de forma digital com base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021 e artigo 1184, inciso II do Código Civil para Demonstrações que possuam mais de 90 (noventa) dias após o registro no Órgão competente, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial.

Qualificação Técnica

8.42. Apresentar prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de Atestado (s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, competentes para tanto, necessariamente em nome do licitante. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto da licitação que demonstre(m) que o licitante prestou serviços correspondentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação:

8.42.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.42.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.42.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.43. Certificado de Registro e Quitação da Licitante e do Responsável Técnico no Conselho Regional de Administração - CRA. Caso a licitante seja sediada em outro estado, deverá ser apresentado o registro secundário emitido pelos Conselhos do Estado da Bahia.

8.44. Certificado de Responsabilidade Técnica emitido pelo Conselho Regional de Administração - CRA. Caso a licitante seja sediada em outro estado, deverá ser apresentado o registro secundário emitido pelos Conselhos do Estado da Bahia;

8.45. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação, mediante atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa Licitante e o seu profissional Responsável Técnico prestaram serviços que comprovem o desempenho de atividades similares ao objeto da licitação;

8.46. Os atestados de capacidade técnica operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB;

8.47. Os atestados deverão comprovar que a licitante gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 02 (dois) anos até a data da abertura da sessão pública da licitação;

8.48. Para a comprovação da experiência mínima de 02 (dois) anos será aceito o somatório de atestados, sendo que os mesmos deverão contemplar execuções em períodos distintos (períodos concomitantes serão computados uma única vez).;

8.49. Os atestados deverão comprovar que a licitante tenha gerenciado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) das horas licitadas ou dos postos de trabalho a serem contratados;

8.50. Comprovação da vinculação do profissional ao quadro de funcionários da licitante, que poderá ser efetuada através da cópia da Carteira Profissional de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Ficha de Registro de Colaboradores autenticada junto à D.R.T. (Delegacia Regional do Trabalho) ou contrato de prestação de serviços, onde constem o(s) nome(s) do(s) profissional(ais). Na hipótese de ser proprietário ou sócio da empresa, a comprovação se dará mediante apresentação do contrato social em vigor. Será aceito ainda o Contrato de Prestação de Serviços arquivado junto ao Conselho Regional de Administração;

8.51. Declaração de que instalará escritório no Município de Fátima/BA, a ser comprovado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado a partir da data do início da vigência do contrato, com preposto disponível

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 4.500.800,00 (quatro milhões, quinhentos mil e oitocentos reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município.

10.2. Quando da contratação, para fazer face à despesa, será emitida Declaração do Ordenador da Despesa de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, acompanhada da Nota de Empenho expedida pelo setor contábil do Órgão ou Entidade interessados, observada as condições da Lei Federal 14.133/2021;

10.3. Segundo Orientação do TCU a licitação para o SRP pode ser realizada independentemente de dotação orçamentária, pois não há obrigatoriedade e dever de contratar. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília: TCU, Secretaria - Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010, pág. 243. Disponível no site www.tcu.gov.br

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias ao fornecimento, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Fátima/BA, em 17 de outubro de 2025.

Rafael Silva dos Santos
Secretário Municipal de Administração

Maria Jussara do Nascimento
Secretária Municipal de Assistência Social

José Vicente Culino Santos
Secretário Municipal de Educação

Mônica Santos Reis
Secretária Municipal de Saúde

José Elifagno Sousa dos Anjos
Chefe Departamento de Obras



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025PMF
ANEXO III
CARTA DE APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE PREÇOS

A
Prefeitura Municipal de Fátima/BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025PMF

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o Pregão Eletrônico Nº **016/2025PMF**, conforme especificação constante do Termo de Referência do Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

- a) Prazo de validade da proposta: (.....) dias;
 - b) Prazo para fornecimento: (.....) dias.
- Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

Para tanto, nos propomos a fornecer os materiais licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ _____
(_____).

Local e data

Assinatura e carimbo (do representante legal)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2025
ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

A
Prefeitura Municipal de Fátima/BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025PMF

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:		CNPJ:
E-MAIL:		VALIDADE DA PROPOSTA:
REPRESENTANTE LEGAL:		
DADOS BANCÁRIOS:		

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a disponibilização de mão de obra qualificada destinada a serviços de apoio às atividades de obras e manutenção, bem como para o suporte técnico, administrativo e operacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal Nº 14.133/2021, demais legislação aplicável e às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico Nº 016/2025PMF.

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, ____/____/____
LOCAL DATA

ASSINATURA

Observações:

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.

EDITAL



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025PMF
ANEXO V
MODELO DE CREDENCIAL

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,
Prefeitura Municipal de Fátima/BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025PMF

Sr. Pregoeiro,

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº,
com sede à, neste ato representado pelo (s) (diretores ou
sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil,
profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e
constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor (a),
(nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº
....., expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas
Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua
....., nº como meu mandatário, a quem confiro
amplos poderes para junto ao Órgão..... praticar todos os atos
necessários, relativos ao procedimento licitatório na modalidade de Pregão
Eletrônico Nº **016/2025PMF**, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para
desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais
condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar
quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do
proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025PMF
ANEXO VI
DECLARAÇÕES

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,
Prefeitura Municipal de Fátima/BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025PMF

Sr. Pregoeiro,

A signatária _____, inscrita no CNPJ
Nº _____, por intermédio de seu responsável legal
_____, portador da Carteira de Identidade Nº _____
e CPF Nº _____, DECLARA QUE:

De acordo com o disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Sim ☐ Não ☐

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

Sim ☐ Não ☐

Que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Sim ☐ Não ☐

Igualmente, declara que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Sim ☐ Não ☐

Declara também que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Sim ☐ Não ☐

Que se enquadra no Art. 34 d Lei 11.488/2007 e atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º (microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa):

Sim ☐ Não ☐

• Que a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico Nº **016/2025PMF**, foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

participante potencial ou de fato Pregão Eletrônico Nº **016/2025PMF**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- Que a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação Pregão Eletrônico Nº **016/2025PMF**, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico Nº **016/2025PMF**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº. 002/2024, quanto a participar ou não da referida licitação;

- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico Nº **016/2025PMF**, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Pregão Eletrônico Nº **016/2025PMF**, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico Nº **016/2025PMF**, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Fátima – Bahia, antes da abertura oficial das propostas;

- Que a empresa não possui no seu quadro societário pessoas que tenham vínculo de forma direta ou indireta com o município, a exemplo de cargo de confiança (cargo comissionado), contrato temporário de prestação de serviços ou servidor efetivo; e

- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório Pregão Eletrônico Nº **016/2025PMF**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- Que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização do fornecimento a que se refere o Pregão Eletrônico Nº **016/2025PMF**.

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima está sujeita às penalidades legais previstas no Artigo 299 do Código Penal, como também implicará na desclassificação do presente certame.

(Município sede da empresa), ____ de _____ de _____.

Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa

(Cargo/Função)

Doc. de Identidade Nº _____

CPF Nº _____

(APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025PMF
ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO Nº XX/XXXX

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA A
DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA
QUALIFICADA DESTINADA A SERVIÇOS DE
APOIO ÀS ATIVIDADES DE OBRAS E
MANUTENÇÃO, BEM COMO PARA O
SUPORTE TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E
OPERACIONAL, CONFORME CONDIÇÕES,
QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS
ESTABELECIDAS NO EDITAL E NO TERMO
DE REFERÊNCIA E A EMPRESA
XXXXXXXXXX.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: De um lado, o **MUNICÍPIO DE FÁTIMA, ESTADO DA BAHIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com endereço e Nº de CNPJ Nº 13.393.152/0001-43, com sede na José Sarney, S/N, – Centro – Fátima/BA, neste ato representado por seu Prefeito, Exmo. Sr. Fabio José Reis de Araújo, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade Nº _____ SSP/BA, CPF Nº _____ residente e domiciliado nesta cidade, assistido juridicamente pelo Procurador Geral do Município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Estadual Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Municipal Nº **XXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o Nº _____, RG n.º _____, podendo ser encontrado(a) no endereço supracitado, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRÉVIA:

As partes firmam o presente Contrato, decorrente da homologação da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico Nº **016/2025PMF** tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Nº 110/2025 e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do pregão supracitado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

1.1. O objeto do presente instrumento é **Contratação de empresa especializada para a disponibilização de mão de obra qualificada destinada a serviços de apoio às atividades de obras e manutenção, bem como para o suporte técnico, administrativo e operacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência**, Pregão Eletrônico Nº **016/2025PMF**, mediante Autorização de Fornecimento emitida pela requisitante, de forma parcelada e contínua.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.3. A Proposta da CONTRATADA;

1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO.

2.1. Como condição para a manutenção deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter, durante todo o período de vigência todas as condições de habilitação exigidas na licitação. A **CONTRATADA** presta garantia para que os produtos sejam entregues conforme as normas legais, de acordo com os limites de tolerância estipulados pelos órgãos oficiais de fiscalização, no que couber;

2.2. A **CONTRATADA** entregará os demais produtos solicitados no prazo estabelecido e será feito de forma imediata, de acordo com a necessidade do Município, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido; A **CONTRATADA** disponibilizará os produtos aos órgãos e entidades participantes através da AFM (Autorização de Fornecimento de Mercadoria), imediatamente, de acordo com os critérios previstos no ato convocatório.

2.3. Os órgãos e entidades solicitarão à **CONTRATADA**, por escrito, através de Autorização de Fornecimento de Material – AFM, e dentro do prazo de validade deste contrato, os produtos licitados de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos no Anexo I deste termo.

2.4. Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar este termo, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente AFM, quando do seu recebimento, a Administração poderá chamar os demais licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação, e propor a convocação do fornecimento dos produtos registrados pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e legislação cabíveis.

2.5. Este contrato estará sujeito às regras previstas na Lei Nº 14.133/2021, inclusive quanto ao prazo de vigência.

2.5.1. A alteração ou revisão de preços implica em reequilíbrio econômico dos preços das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico Nº **016/2025PMF**, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

2.5.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do caput do art. 124 e art. 125 da Lei Federal Nº 14.133/2021, através de termo aditivo unilateral por parte da administração.

2.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre as partes pactuantes.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação terá o seu início quando da sua assinatura, ou seja, no dia ____/____/____ e seu fim no dia ____/____/____, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1. Dá-se a este contrato o importe de R\$ _____ (_____), pelos serviços executados constantes nos Itens, Anexo II deste contrato, conforme Proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA**, constantes no certame.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento à contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevoluíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do IPCA Amplo, mantido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) a ser solicitados pela **CONTRATADA**, que dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

8.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

8.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do **CONTRATANTE**, além das previstas no Termo de Referência:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

9.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.6. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.7. Cientificar a **Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXXXX** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A **CONTRATADA**, além das obrigações elencadas no Termo de Referência, deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei N° 8.078, de 1990);

10.1.2. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6. A **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: **1)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** Certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **3)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e **6)** Certidão Negativa de Tributos Municipais;

10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei N° 14.133, de 2021.

10.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

Multa:

I. **Moratória de 5%** (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

II. **Moratória de 0,3%** (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 0,5% (cinco décimos por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

III. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, § 9º, da Lei Nº 14.133, de 2021)



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.9. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, para futuras e eventuais contratações, é dispensável a informação de dotação orçamentária para a cobertura da despesa, devendo ser informada somente quando da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 7º, § 2º do Decreto Federal Nº 7.892/2013;

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133, de 2021, e demais Normas Federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

16.1. No curso da execução dos serviços, caberá ao **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo o acompanhamento, a aferição qualitativa e a atestação dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela **CONTRATADA**.

16.2. A fiscalização e acompanhamento da execução deste contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, o (a) Servidor(a) Sr. (a). **XXXXXXXXXX**, Matrícula Nº **XXXXXX**, CPF Nº **XXXXXXXXXXXXXX** designado pela **Portaria Municipal Nº XXX/XXXX**, neste ato denominado **FISCAL**, devidamente credenciado pela Administração, ao qual competirá acompanhar as negociações, desde o ato da assinatura deste contrato até o prazo final, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem neste curso, inclusive acompanhar o pagamento (vide cláusula nona), e de tudo dará ciência ao credenciante, conforme Art. 117 da Lei Nº 14.133/2021 e legislação complementar.

16.3. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal Nº 12.527, de 2011.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Fátima – Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Nº 14.133/21.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. E por estarem assim justas e acertadas, foi elaborado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas a tudo presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Fátima / Bahia, XX de XXXXXXXX de XXXX.

Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ Nº 13.393.152/0001-43
Fabio José Reis de Araújo
Gestor Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025PMF
ANEXO VIII
MINUTA DATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. XXX / XXXX

No dia ** de ***** de ***** , no (a) MUNICÍPIO DE FÁTIMA, ESTADO DA BAHIA, inscrito (a) no CNPJ Nº 13.393.152/0001-43, com sede na Rua José Sarney, S/N, – Centro – CEP 48.415-000 Fátima/BA neste ato legalmente representado por FABIO JOSÉ REIS DE ARAÚJO, portador do CPF Nº 013.150.225-59, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor:

CNPJ:

Representante:

Telefone:

Email:

Endereço:

Item	Quantidade	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total

Total: R\$ *****

CLÁUSULA 1ª - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO:

1.1 - Esta Ata não obriga o Município de Fátima a firmar contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições, além de que esta ata de registro de preços consiste em futura e eventual contratação, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1.2 - O preço estimado a ser pago ao Fornecedor acima, observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, através de transferência eletrônica em Conta do Credor.

1.3 – Os pagamentos devidos à Fornecedorora serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo Contratado e esteja devidamente atestada a execução contratual, devendo ainda a Nota Fiscal discriminar os percentuais das despesas referentes a insumos e a mão de obra.

1.4 – A conta do Credor deverá ser preferencialmente mantida em instituição financeira idêntica ao do CONTRATANTE.

1.5 – Em caso de impossibilidade do cumprimento do item 1.4, o credor ficará responsável pelas custas das tarifas bancárias em decorrência do pagamento.

1.6 - Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

CLÁUSULA 2ª - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO:

2.1 - A requisição dos bens ou serviços será formalizada pelo Município de Fátima mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital de PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2025PMF.

2.2 - O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA 3ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria do Município de Fátima, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

3.2 - Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

3.3 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

CLÁUSULA 4ª - DO CADASTRO DE RESERVA:

4.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

4.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.3 - O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.4 - Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.

4.5 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.5.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

4.5.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula 15ª; e

4.5.3 - Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

CLÁUSULA 5ª - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:

5.1 - Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo FORNECEDOR, parte integrante deste instrumento.

5.1.1. Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às VENCEDORAS dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

5.1.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA 6ª - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observadas as condições dispostas na Lei federal n.º 14.133/2021, em especial:

6.1.1 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

6.1.2 - Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

6.1.3 - A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

6.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

6.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.8 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 7ª - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal nº 14.133/2021.

7.2 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal nº 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

CLÁUSULA 8ª - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

8.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado conforme o disposto na Lei federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:

9.1 - Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.2 - Fornecer os bens ou produtos no local de entrega previsto no Edital, acompanhados dos correspondentes termo(s) de garantia.

9.3 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

9.4 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.

9.5 - Como condição para Assinatura de Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;

CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE FÁTIMA:

10.1 - Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.2 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

11.3 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

12.1 - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

CLÁUSULA 13ª - DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

13.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2 - Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que o inviabilize preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal n.º 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.3 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.4 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA 14ª – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

14.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

CLÁUSULA 15ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

15.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

15.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.5.1 - Por razão de interesse público;

15.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.

CLÁUSULA 16ª – DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Fátima – Bahia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

16.2 - As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.



Prefeitura Municipal de Fátima
CNPJ: 13.393.152/0001-43
Largo João Aribitu, 57, Centro CEP: 48.415-000
Fone (75) 3199-0542
www.fatima.ba.gov.br

16.3. A validade desta Ata de Registro de Preços é até **/**/****, a contar do dia **/**/****.

16.4. A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

FABIO JOSÉ REIS DE ARAÚJO
PREFEITO MUNICIPAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EDITAL